

# PoMuC

## Programa Políticas sobre Mudança do Clima

Produto elaborado para:

**Ministério do Meio Ambiente**

**Cooperação Alemã para o  
Desenvolvimento**

Deutsche Gesellschaft für

# Desenvolvimento de metodologia para avaliação de Salvaguardas de REDD+



Elaborado por:

**GRUPO NSC**  
Natureza,  
Sociedade e  
Conservação

Camila Pianca

Carlos Eduardo Marinelli

Cinthyá Rejane de Jesus Cordova

Por ordem do



Ministério Federal  
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza  
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

## Desenvolvimento de metodologia para avaliação de Salvaguardas de REDD+

**Produto Elaborado para:**

**Ministério do Meio Ambiente**

**Cooperação Alemã para o Desenvolvimento**

Deutsche Gesellschaft für  
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

**Elaborado por:** Grupo Natureza, Sociedade e Conservação

**Autores:** Camila Pianca  
Carlos Eduardo Marinelli  
Cinthyia Rejane de Jesus Cordova

Esse documento foi elaborado no âmbito do projeto PoMuC, resultado de uma articulação bilateral entre os Governos do Brasil e da Alemanha, no contexto da Iniciativa Internacional sobre Mudança do Clima (IKI) do Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), o PoMuC é coordenado pelo Ministério brasileiro de Meio Ambiente (MMA) e envolve diretamente o Ministério da Fazenda (MF) e outros parceiros institucionais, e conta com o apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, agência executora da cooperação técnica alemã.

**Coordenação:** Patrícia Maria Sousa de Abreu (MMA)  
Leandra Fatorelli (GIZ)

Janeiro de 2019

### Informações Legais

1. Todas as indicações, dados e resultados deste estudo foram compilados e cuidadosamente revisados pelo(s) autor(es). No entanto, erros com relação ao conteúdo não podem ser evitados. Consequentemente, nem a GIZ, nem o Ministério do Meio Ambiente, nem o Ministério da Fazenda ou o(s) autor(es) podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante do uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações neste estudo.
2. Os resultados, as interpretações, as recomendações, as estimativas e as conclusões expressas neste estudo são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião da GIZ, do Ministério do Meio Ambiente ou do Ministério da Fazenda, a depender do Ministério responsável pela solicitação do produto. Nesse sentido, a GIZ, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Fazenda se eximem de responsabilidade de implementar quaisquer dos resultados, interpretações, recomendações, estimativas ou conclusões contidas neste estudo.
3. A duplicação ou reprodução de todo ou partes do estudo (incluindo a transferência de dados para sistemas de armazenamento de mídia) e distribuição para fins não comerciais é permitida, desde que a GIZ, o Ministério do Meio Ambiente e/ou o Ministério da Fazenda sejam citados como fonte da informação, a depender do Ministério responsável pela solicitação do produto. Para outros usos comerciais, incluindo duplicação, reprodução ou distribuição de todo ou partes deste estudo, é necessário o consentimento escrito da GIZ, além da citação como fonte de informação a GIZ, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Fazenda, a depender do Ministério responsável pela solicitação do produto.

Por ordem do



Ministério Federal  
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza  
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

## RESUMO

### RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL – INDICADORES DO CUMPRIMENTO DAS SALVAGUARDAS E AVANÇOS NA PROPOSTA CONCEITUAL DO SISREDD+

Brasília, 12 e 13 de novembro de 2018



#### Equipe técnica – Grupo NSC

Camila Pianca – Consultora (qualificação técnica e elaboração do relatório)

Carlos Eduardo Marinelli – Consultor (qualificação técnica)

Cinthya Rejane de Jesus Cordova – Consultora (apoio logístico e sistematização)

#### Equipe de moderação – Matres Socioambiental

Renata Navega - Moderadora Geral

Andrea Carrillo - Co-moderadora

Este documento é fruto do processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das Salvaguardas de REDD+. O processo de construção de metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, cooperação técnica alemã, por meio do Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuC.

No âmbito deste processo o Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC) atua como consultora especializada em sistemas de indicadores para o SISREDD+. Fundado em 2012, o Grupo NSC é comprometido em trabalhar as relações entre a natureza e a sociedade por meio do desenvolvimento e análise de sistemas de informação e indicadores socioambientais adotando métodos participativos e colaborativos. Para isso, o NSC valoriza a integração de diferentes formas de conhecimento com vistas ao empoderamento de grupos e organizações envolvidas na governança de projetos, programas e políticas socioambientais, em busca de um desenvolvimento local mais justo e democrático.

A construção da metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ contou ainda com a supervisão da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salvaguardas), que desenvolveu a conceitualização das Salvaguardas de Cancun para o contexto brasileiro e diretrizes para o estabelecimento de uma instância de participação permanente sobre salvaguardas sob a Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), considerados referências fundamentais para metodologia de avaliação das salvaguardas brasileiras de REDD+ e do futuro desenvolvimento da ferramenta computacional do SISREDD+.

Para citar esse documento: Pianca, C.C.; Marinelli, C.E. e Cordova, C.R.J (2018). Seminário nacional – indicadores do cumprimento das salvaguardas e avanços na proposta conceitual do SISREDD+. Relatório. Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC), Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (DPCD/MMA) e Cooperação Técnica Alemã (GIZ). Brasília. 49p.

*Nota: Este documento foi produzido com objetivo de sistematizar os resultados do seminário e não necessariamente representa os encaminhamentos finais dados ao SISREDD+.*

## Algumas avaliações feitas por participantes ao término das atividades

*“É importante não perder esse capital social e continuar a reflexão sobre o tema com essa rede de atores, e aproveitar produtos que vão além dos resultados técnicos”*

Vincenzo Lauriola, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - DF

*“Fico feliz em perceber a evolução na metodologia e na linguagem mais simplificada. É positivo essa busca da equipe nessa melhoria, mas precisamos continuar com essa busca”.*

Deroni Mendes, Instituto Centro de Vida (ICV) - MT

*“Felicidade por ter participado desse processo, onde seguimos alguns princípios de povos negros, como memória, colaboração, celebração, oralidade com trocas mais efetivas, sem uma linguagem muito técnica, crescemos juntos e devemos continuar a caminhada. Agradeço ao MMA por nos dar espaço de voz e a equipe do Grupo NSC pelas metodologias.*

Janete dos Santos Oliveira, Terreiro Caboclo Sete Flechas, PA.

*“Agradeço e parabeno pelo grau de apropriação das demandas da base promovida pela metodologia, e as organizações base tem o compromisso de fazer a devolutiva desses resultados”.*

Manoel Edivaldo Santos Matos, Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR) - PA

*“É importante buscar ampliar o diálogo com atores que ainda não são parceiros e que não fazem parte do nosso dia a dia”.*

Bernhard Smid, Instituto Capital Natural da Amazônia (ICNA) - DF

*“Teve baixa participação de povos indígenas nesse evento, devido a agenda cheia diante do cenário político, quero agradecer mesmo iniciando no debate, aprendi muito, vi união e amizade. Precisamos de um plano alternativo, agora temos representante na câmara vamos utilizar esse mandato indígena, que é coletivo”.*

Ivo Cípio Aureino, Conselho Indígena de Roraima (CIR)

*“Esse processo mostra outras formas de olhar REDD+, um espaço onde propostas são colocadas para buscar objetivos comuns. O grupo gostou de vários elementos e ferramentas utilizadas, e a busca do diálogo com atores que atuam politicamente de forma diferente, agora é preciso incluir a possibilidade de diálogo com o governo atual.”*

Ivar Busatto, Operação Amazônia Nativa (OPAN) - MT.

*“Conseguimos consolidar nosso trabalho, mas ainda não temos certeza se será implementado”.*

Denizia Cruz, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) – AL

*“A metodologia proporcionou o processamento do conhecimento dos participantes, processos formativos como esse precisam chegar na base também. Esse processo foi colaborativo também no nível da organização entre técnicos, consultores, facilitadores...foi criado por várias mãos, diversos saberes e muito aprendizado no final”*

Camila Pianca, Grupo NSC

## SUMÁRIO

1. CONTEXTO.....	8
2. DATA, LOCAL DA OFICINA E PÚBLICO.....	9
3. OBJETIVOS DO SEMINÁRIO .....	9
4. PROGRAMAÇÃO .....	9
5. PERFIL DO PÚBLICO DO EVENTO .....	11
6. PRIMEIRO DIA – INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES, ABERTURA E APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	12
6.1. DE REDD+ AOS OBJETIVOS DO SISREDD+ (PATRÍCIA DE ABREU, COORDENADORA GERAL SUBSTITUTA DE TRANSPARÊNCIA E FINANCIAMENTO PARA FLORESTAS, DEPTO. DE FLORESTAS E DE COMBATE AO DESMATAMENTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) .....	14
6.2. RESULTADOS E AVANÇOS NO DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+ E O SEMINÁRIO NACIONAL DO SISREDD+ (CAMILA PIANCA, GRUPO NATUREZA, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO).....	16
7. PRIMEIRO DIA – PALESTRAS ORIENTADORAS GRUPOS DE TRABALHO E FEIRA DE RESULTADOS.....	19
7.1. ESTRUTURAÇÃO, FUNCIONAMENTO E Usos/APLICAÇÕES DO SISREDD+: APRIMORAMENTO DOS MODELOS CONCEITUAIS. (CARLOS EDUARDO MARINELLI – GRUPO NATUREZA, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO).....	19
7.1.1. APRIMORAMENTO DOS MODELOS CONCEITUAIS DO SISREDD+ (GRUPOS DE TRABALHO E FEIRA DE INFORMAÇÕES.....	20
8. SEGUNDO DIA – PALESTRAS ORIENTADORAS E GRUPOS DE TRABALHO E FEIRA DE RESULTADOS.....	24
8.1. PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA – SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO SOBRE UMA GOVERNANÇA PARA O SISREDD+ (CARLOS EDUARDO MARINELLI, GRUPO NATUREZA, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO).....	24
8.1.1. MANHÃ - GRUPOS DE TRABALHO SOBRE GOVERNANÇA DO SISREDD+: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O SEU FUNCIONAMENTO.....	25
8.1.2. TARDE – GRUPO DE TRABALHO SOBRE COLETA DE DADOS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INDICADORES: PROPOSIÇÕES, REFLEXÕES E ANÁLISES.....	30
10. BALANÇO GERAL, PRÓXIMOS PASSOS E ENCERRAMENTO .....	35
9. LISTA DE PARTICIPANTES .....	37
10. ANEXO 1. REQUISITOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISREDD+.....	39
11. ANEXO 2. INDICADORES DO CUMPRIMENTO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+ .....	41
12. ANEXO 3. DIRETRIZES ELABORADAS A PARTIR DOS DEBATES DA CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS PARA GOVERNANÇA E OUVIDORIA PARA SALVAGUARDAS DE REDD+ NO BRASIL.....	43
13. ANEXO 4. PÚBLICO PARTICIPANTE DAS OFICINAS DE DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+ .....	49

## LISTA de SIGLAS

- **APIB:** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- **CAR:** Cadastro Ambiental Rural
- **CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- **CNPQ:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- **CCT-Salv:** Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas
- **COIAB:** Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
- **CONAREDD+:** Comissão Nacional para REDD+
- **COP CLIMA:** Conferência das Partes do Clima
- **CO2:** Dióxido de Carbono
- **CNS:** Conselho Nacional de Populações Extrativistas
- **DFCD:** Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento
- **ENREDD+:** Estratégia Nacional de REDD+ ENREDD+
- **FEPOIMT:** Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso
- **GIZ:** Agência de Cooperação Técnica Alemã
- **Grupo NSC:** Grupo Natureza, Sociedade e Conservação
- **IEF-MG:** Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
- **MMA:** Ministério do Meio Ambiente
- **OEMAs:** Órgãos estaduais de Meio Ambiente
- **ONGs:** Organizações Não Governamentais
- **OIT:** Organização Internacional do Trabalho
- **PIPCTAFs:** Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
- **PROMATA:** Projeto de Proteção da Mata Atlântica
- **PoMuC:** Programa de Políticas para Mudança do Clima (PoMuC) - GIZ
- **REDD+:** Redução das Emissões Provenientes por Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal
- **RESEX:** Reserva Extrativista
- **SAFs:** Sistemas Agroflorestais
- **SISREDD+:** Sistema de Informação sobre como as Salvaguardas de Cancun
- **UNFCCC:** Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Perfil do público da oficina. Fonte: NSC.....	11
Figura 2. Mesa de abertura do Seminário Nacional do SISREDD+, Brasília – DF. Fotos: Grupo NSC.....	13
Figura 3: De REDD+ aos objetivos do SISREDD+, Patrícia de Abreu (MMA). Fotos: Grupo NSC.....	16
Figura 4: Síntese da estratégia geral de construção da metodologia para avaliação das salvaguardas de REDD+. Fonte: NSC.....	16
Figura 5. Modelos conceituais para o SISREDD+ elaborados na oficina de Brasília. Fonte: relatório da oficina BSB.....	19
Figura 6 a e b. Grupos de trabalho para aprimoramento dos modelos conceituais. Fotos: Grupo NSC...	20
Figura 7. Modelo de estruturação do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional. ....	21
Figura 8. Modelo de funcionamento do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional. ....	22
Figura 9. Modelo de usos e aplicações do SISREDD+ aprimorado Seminário Nacional. ....	23
Figura 10: Esboço com elementos relacionados à governança do SISREDD+ extraídos dos modelos conceituais construídos na oficina de Brasília. Fonte: NSC.....	24
Figura 11. Princípios da boa governança – subsídios para reflexão para o SISREDD+, Caê Marinelli (Grupo NSC). Foto: Grupo NSC.....	25
Figura 12. Divisão dos grupos para discussão sobre princípios de boa governança .....	25
Figura 13. Membros do grupo de trabalho que discutiu os princípios de resiliência e responsabilidade na governança do SISREDD+. Fonte: NSC .....	26
Figura 14. Principais fases e ações à curto, médio e longo prazo para implementação do monitoramento do SISREDD+. Fonte: NSC .....	30
Figura 15. Temas e eixos para identificação de pontos fracos e fortes para próximas etapas de implementação do monitoramento do SISREDD+. Fonte: NSC .....	30
Figura 16: Próximos passos no planejamento de construção da metodologia do SISREDD+. Fonte: NSC	36
Figura 17. Modelo de estruturação do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional. Fonte: Grupos de trabalho seminário .....	46
Figura 18. Modelo de funcionamento do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional. Fonte: Grupos de trabalho seminário .....	47
Figura 19. Modelo de usos e aplicações do SISREDD+ aprimorado Seminário Nacional. Fonte: Grupos de trabalho seminário .....	48

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Painel resultante do debate sobre o princípio de conectividade na governança do SISREDD+. 27	
Tabela 2. Painel resultante do debate sobre o princípio de transparência na governança do SISREDD+. 27	
Tabela 3. Painel resultante do debate sobre o princípio de responsabilização na governança do SISREDD+ .....	28
Tabela 4. Painel resultante do debate sobre o princípio de resiliência na governança do SISREDD+.....	28
Tabela 5. Painel resultante do debate sobre o princípio de legitimidade na governança do SISREDD+ (em vermelho os pontos divergentes entre os participantes).....	29
Tabela 6. Painel resultante do debate sobre o princípio de inclusão na governança do SISREDD+ (em vermelho os pontos divergentes entre os participantes).....	29
Tabela 7. Painel de atividade pontos fortes e fracos – <b>Envolvimento e Colaboração</b> .....	31
Tabela 8. Painel de atividade pontos fortes e fracos – <b>Pesquisa e análise de dados</b> .....	32
Tabela 9. Painel de atividade pontos fortes e fracos – <b>Ferramentas de suporte</b> .....	33

## 1. CONTEXTO

**REDD+** é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para incentivar economicamente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados as atividades de REDD+, as quais compreendem; **i. redução das emissões provenientes de desmatamento; ii. redução das emissões provenientes de degradação florestal; iii. conservação dos estoques de carbono florestal; iv. manejo sustentável de florestas; e v. aumento dos estoques de carbono florestal.**

A decisão 1/CP. 16 da UNFCCC estabelece que, ao implementar atividades de REDD+, os países que desejam compensação financeira devem adotar as seguintes salvaguardas<sup>1</sup>, conhecidas como Salvaguardas de REDD+ ou Salvaguardas de Cancún:

- (a) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- (b) Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e efetivas, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- (c) Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- (d) Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- (e) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- (f) Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+;
- (g) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

Os países que desejarem obter pagamentos por resultados de REDD+ devem ainda desenvolver de maneira autônoma, conforme decisão 12/CP17, um **Sistema de Informações sobre as Salvaguardas (SISREDD+)**, de forma que agregue informações referentes a consideração e respeito dessas salvaguardas durante a implementação das atividades de REDD+.

No Brasil, o desenvolvimento do SISREDD+ está previsto na Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), na linha de ação de **Coordenação de Políticas Públicas de Mudança do Clima, Biodiversidade e Florestas, incluindo Salvaguardas**, que coordena iniciativas para a implementação de REDD+ no País.

O SISREDD+ é uma ferramenta para avaliar a implementação das salvaguardas não apenas **na implementação de ações que geram resultados de REDD+, mas também na aplicação de recursos provenientes do pagamento por resultados de REDD+ alcançados.** Os responsáveis pela coordenação e implantação do SISREDD+ têm o desafio de compilar, selecionar e tornar disponível um grande volume de dados e informações que envolve não apenas o acesso a bancos de dados, mas também a compreensão de processos e papéis institucionais.

---

<sup>1</sup> A redação das salvaguardas de REDD+ segue apresentada conforme definição da Resolução 09 da CONAREDD+.

## 2. DATA, LOCAL DA OFICINA E PÚBLICO

12 e 13/11/2018 – Brasília – Distrito Federal. FINATEC, Campus Universitário Darcy Ribeiro (UnB). A oficina teve participação de um grupo constituído de 56 participantes, representando 47 organizações oriundas de 15 estados brasileiros (Figura 1).

## 3. OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

1. Apresentar o conjunto de indicadores socioambientais elaborados para as salvaguardas nacionais de REDD+.
2. Recolher subsídios para o aprimoramento da proposta conceitual do SISREDD+, da sua governança e dos próximos passos de implementação desse sistema.

## 4. PROGRAMAÇÃO

### **12/11. ATIVIDADES EM PLENÁRIA E CONSTRUÇÃO DE MODELOS CONCEITUAIS**

#### **Manhã (Início do Seminário) - Boas vindas e Abertura**

##### **Boas Vindas**

Patrícia de Abreu, Coordenadora Geral Substituta de Transparência e Financiamento para Florestas (Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)

##### **Mesa de Abertura**

- Jair Schmitt, Diretor do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente e Presidente da CONAREDD+
- Anja Wucke, Diretora do Programa Políticas sobre Mudança do Clima – PoMuC/GIZ
- Edel Tenório (Conselho Nacional de Populações Extrativistas - CNS)

##### **Apresentação em plenária (nivelamento de informações)**

- De REDD+ aos objetivos do SISREDD+ (Patrícia de Abreu, Coordenadora Geral Substituta de Transparência e Financiamento para Florestas, Depto. de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)
- Resultados e Avanços no Desenvolvimento da Metodologia para Avaliação das Salvaguardas de REDD+ e o Seminário Nacional do SISREDD+ (Camila Pianca, Grupo NSC)

##### **Tarde – Atividades em Grupos de Trabalho**

- Aprimoramento dos modelos conceituais de Implementação, Funcionamento e Usos/Aplicações do SISREDD+
- Feira de resultados (intercâmbio entre os grupos)

### **13/11. ATIVIDADES EM GRUPOS DE TRABALHO**

#### **Manhã – Apresentação em plenária**

- Governança do SISREDD+: princípios e diretrizes para o seu funcionamento.

#### **Apresentações preparatórias e atividades em Grupos de Trabalho (GTs)**

**Manhã** – Governança do SISREDD+: princípios e diretrizes para o seu funcionamento: proposições, reflexões e complementações ao documento base da CCT-Salv.

Tarde – Coleta de dados para o monitoramento e avaliação dos indicadores das salvaguardas do SISREDD+: proposições, reflexões e análises

- Balanço da oficina, próximos passos e encerramento

## 5. PERFIL DO PÚBLICO DO EVENTO

56 pessoas presentes – 47 instituições – 15 estados

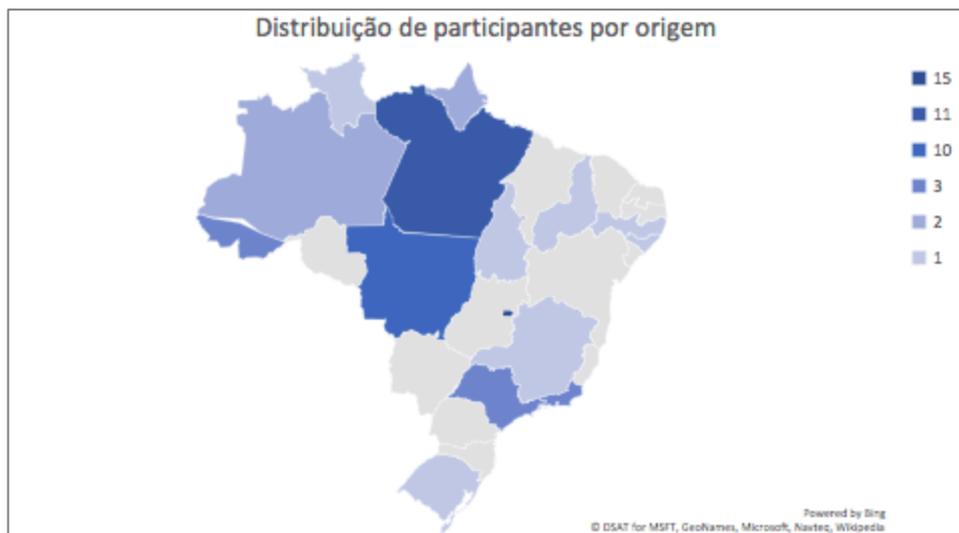
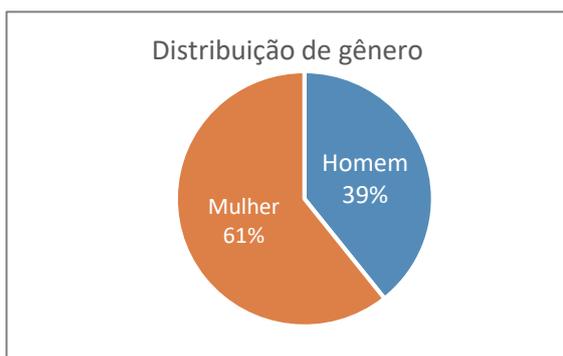
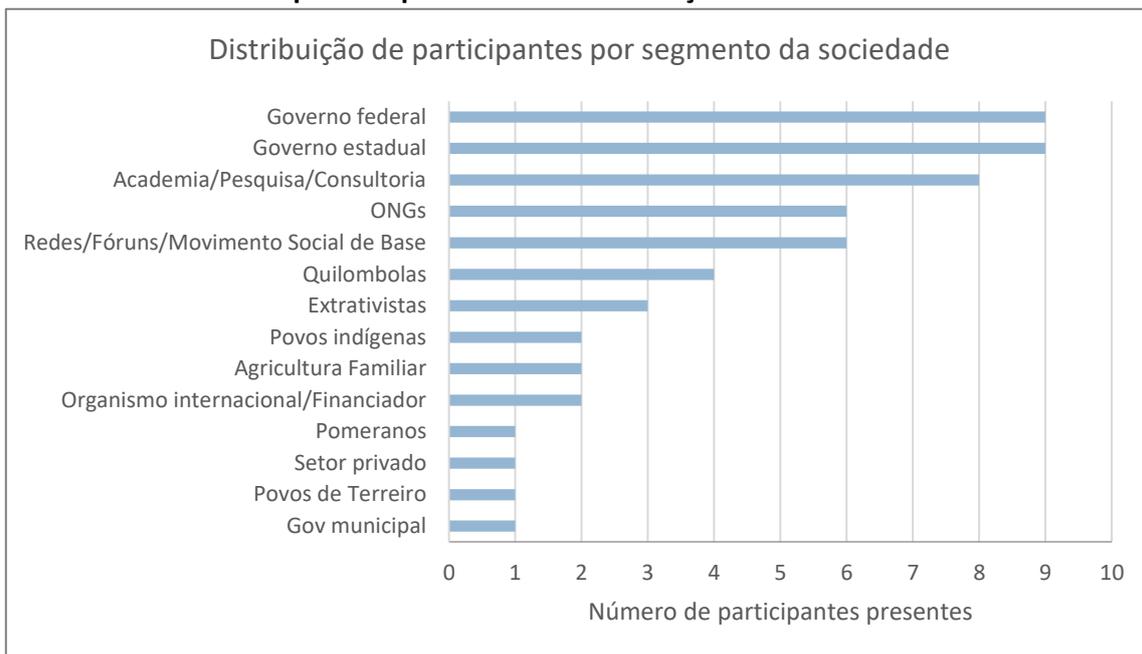


Figura 1. Perfil do público da oficina. Fonte: NSC

## 6. PRIMEIRO DIA – INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES, ABERTURA E APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

### *Abertura institucional e atividades de plenária*

No período da manhã houve a abertura oficial do evento. A mesa de abertura foi composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC/GIZ) e do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS).

Patrícia de Abreu, Coordenadora Geral Substituta de Transparência e Financiamento para Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) fez a abertura do evento e colocou que o processo foi de muito aprendizado, muitos setores e participantes para construção da metodologia de avaliação do cumprimento das salvaguardas. Informou que este evento conclui o processo de oficinas regionais e que buscamos o aprimoramento constante em todos os aspectos, também contextualizou o tema no cenário atual e as expectativas para os próximos passos de desenvolvimento do SISREDD+.

### **Mesa de abertura**

**Edel Tenório**, representando o Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), falou sobre a responsabilidade e grande desafio de assumir a coordenação da CCT-Salvaguardas, bem como a complexidade de entender todo o processo e a construção do SISREDD+. Trazer a participação das comunidades dentro da CCT-Salv foi muito importante e trouxe um pouco mais a voz, porém, ainda não é a justiça pela qual se luta, porque ainda é uma representação pequena, se referindo a dimensão dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais neste país. Destacou alguns pontos discutidos:

- As salvaguardas, no contexto de REDD+, sempre foram discutidas e tratadas em uma perspectiva de garantia de direito das comunidades tradicionais. Garantias de direitos territoriais e livre acesso a biodiversidade que neste momento estão sendo violadas no campo. Destacou que Brasil é um dos países que mais mata os ativistas de direitos humanos, defensores dos humanos e de toda a natureza.
- A luta para que as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas tenham visibilidade. Enfatizou que o bem comum está atrelado à gestão comunitária do bem e que o Brasil é um dos pioneiros nestes territórios coletivos.
- A garantia de direitos, compreensão de bem comum da floresta, de todos os nossos recursos de biodiversidade contribuirão para a justiça ambiental. Este grupo deve estar construindo esta perspectiva coletiva. Como serão a luta e defesa das nossas florestas, agora e para os próximos 30 anos.

**Anja Wucke**, Diretora do Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC/GIZ). Informou que estão trabalhando em conjunto para implementar as políticas de clima, onde apoiar a estratégia de REDD+ faz parte da cooperação. Destacou a importância desta etapa, pois é a construção participativa do conceito, trazendo diversidade em suas bases. Conclui dizendo que a fundação construída por todos será um pilar para o monitoramento e o respeito do cumprimento de salvaguardas de REDD+ do país.

**Jair Schmitt**, Diretor do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) colocou que o propósito do seminário é levar à plateia os resultados do processo de elaboração do sistema de salvaguardas, baseado em reuniões que permitiram criar os indicadores para as salvaguardas. Assim, trazer uma devolutiva e avaliar para colher novos insumos e aperfeiçoamento. Também colocou os seguintes pontos:

- O Brasil, a partir de 2004, realizou uma estratégia estruturada de combate ao desmatamento, o que gerou um impacto e redução do desmatamento. Atualmente, é um desafio visto a oscilação de desmatamento dos últimos anos. No entanto, não podemos perder a perspectiva história de como o país lidou com o problema e tratou com soluções. Importante o combate do desmatamento do Cerrado, tem demonstrado um impacto positivo nos últimos dois anos.
- A respeito das salvaguardas, não poderia deixar de reforçar que no âmbito da Comissão Nacional de REDD+, a câmara temática de discussão sobre salvaguardas trouxe contribuições importantes para que possamos avançar na implementação do SISREDD+.
- O Brasil tem reportado o atendimento e o respeito às salvaguardas de maneira descritiva (por meio dos Sumários), mas gostaríamos de avançar agora de forma sistematizada, com os insumos construídos de maneira participativa. O SISREDD+ é importante para que o próprio Brasil e o mundo possam conhecer como tratamos as salvaguardas de REDD+ no país, permitindo ainda um maior controle social das ações de governo.
- Agradeceu a participação dos atores chaves. enfatizando que a cooperação técnica tem sido fundamental para apoiar a política de clima no Brasil. Trata-se de um grupo técnico qualificado que dá força e elementos práticos para avanços com passos seguros para a construção do sistema de REDD+
- Destacou, por fim, que se trata de um momento, um processo de união. Nós todos que buscamos o mesmo objetivo devemos continuar firmes, resilientes e unidos para o Brasil se desenvolver em termos ambientais, econômicos e sociais.

Ao final da mesa de abertura foram apresentados os objetivos do encontro e a programação geral com uma rodada de apresentações dos participantes.



Figura 2. Mesa de abertura do Seminário Nacional do SISREDD+, Brasília – DF. Fotos: Grupo NSC

O período da manhã seguiu com as apresentações institucionais do Ministério do Meio Ambiente (Patrícia de Abreu) e do Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Camila Pianca).

**Todas as apresentações estão disponíveis no site REDD+ Brasil (<http://redd.mma.gov.br/pt/reunioes>), onde é feita a divulgação pública do processo de desenvolvimento do SISREDD+ Brasil.**

6.1. **De REDD+ aos objetivos do SISREDD+** (Patrícia de Abreu, Coordenadora Geral Substituta de Transparência e Financiamento para Florestas, Depto. de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)

Patrícia colocou que REDD+ no contexto internacional (UNFCCC – Convenção do Clima) é entendido como um incentivo financeiro à redução do desmatamento em países em desenvolvimento, onde esses países ao protegerem suas florestas e quiserem receber o pagamento pelos resultados de redução de emissões devem construir e seguir os instrumentos definidos na Convenção do Clima:

- Estratégia Nacional
- Nível de emissões
- Sistema de monitoramento
- Sistema de informações sobre as salvaguardas de REDD+, o SISREDD+ (foco da discussão do evento).

Sobre o SISREDD+ foi informado que o Brasil já produziu dois sumários de informação sobre salvaguardas de maneira voluntária e pioneira. A apresentação seguiu com a explicação sobre a Comissão Nacional para REDD+, instância de governança deliberativa da Estratégia Nacional de REDD+, composta pela sua secretaria executiva e câmaras consultivas temáticas. Pontuou que os próximos passos serão levar à CONAREDD+ uma proposta de governança para o SISREDD+ e estabelecer uma ouvidoria e a plataforma online do sistema. No âmbito da construção da metodologia de avaliação do cumprimento das salvaguardas, foi colocado que a questão norteadora é se as salvaguardas estão sendo consideradas e respeitadas na implementação da Estratégia Nacional de REDD+ e no uso dos recursos recebidos como pagamentos por resultados de REDD+. Para a construção dos indicadores do SISREDD+, foi desenhado este processo colaborativo por meio de oficinas regionais, com acompanhamento da Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT – Salv), que também elaborou um documento de diretrizes para Governança e Ouvidoria, que ainda será apreciado pela CONAREDD+. Os próximos passos para desenvolvimento do SISREDD+ são:

- Aplicação e consolidação do questionário online (análise das fichas de indicadores);
- Reuniões bilaterais;
- CONAREDD+ (reunião para deliberação sobre governança e ouvidoria);
- Comunicação e divulgação do processo por meio do site REDD+ Brasil;
- Criação e divulgação do vídeo sobre o seminário;
- Busca de recursos para realização de mais três seminários regionais, solicitados por membros da CCT-Salv..

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes comentários e dúvidas:

- Estamos discutindo conservação de floresta e REDD+, e isso inclui biodiversidade. O que influi a não notificação do protocolo de Nagoya e o fato do Painel Bio estar a mais um ano sem se reunir? Não estamos andando na agenda de Conservação da biodiversidade. Qual o impacto no programa de REDD+?

*Em resposta: A conservação das florestas naturais e da biodiversidade biológica é uma das sete salvaguardas de REDD+. O fato de o Brasil não ter ratificado o Protocolo de Nagoya pode ser um dos aspectos a serem considerados no monitoramento do respeito e cumprimento das salvaguardas de REDD+, por exemplo. Dar transparência às ações de governo é positivo para enriquecer o debate e fazer pressão política para a promoção do respeito às salvaguardas.*

- Nossa discussão começou em abril, estamos lutando, mesmo assim os estados Mato Grosso e Amazonas estão desmatando muitos “campos de futebol”. Está tendo ataque às lideranças quilombolas. Atualmente, estamos vivendo um retrocesso, como ficará para as comunidades tradicionais? Sabemos que o desmatamento continua e a tendência é aumentar. Não tem o risco de o futuro governo não ligar para isso e fazer ações contrárias a essa?

*Em resposta: Se temos um sistema ou monitoramento, que mostra de forma clara que há crimes contra os defensores de questões socioambientais, que há avanço no desmatamento, podemos relatar e mostrar a fragilidade, e assim fazer a cobrança para que os tomadores de decisão se posicionem. É uma ferramenta estratégica para orientação das decisões estratégicas no sentido de garantirmos a proteção da sociobiodiversidade e a diminuição das emissões. Precisamos ter claro que por mais que existam posicionamentos políticos diferentes, existe uma relação de negociação internacional que precisa ser levada em consideração. Ademais, o MMA tem seu corpo técnico apoiando a manutenção dessa agenda.*

- Precisamos ter reforma agrária ecológica com respeito aos direitos das comunidades e seus jovens líderes, respeito aos protocolos de consulta, e esse investimento financeiro deve ser para quem não desmatou, para quem está preservando, mantendo as florestas. Por mais que tenha o contexto intencional e essa agenda seja importante para o MMA. Depois de toda a discussão e deste trabalho, ficamos preocupados com o que acontecerá. Pode ser engavetado.

*Em resposta: Estamos montando os subsídios e informações para a futura equipe ter conhecimento da importância da agenda, tudo que podemos fazer para a garantia da agenda está sendo feito.*



Figura 3: De REDD+ aos objetivos do SISREDD+, Patrícia de Abreu (MMA). Fotos: Grupo NSC

## 6.2. Resultados e Avanços no Desenvolvimento da Metodologia para Avaliação das Salvaguardas de REDD+ e o Seminário Nacional do SISREDD+ (Camila Pianca, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação)

Camila apresentou o Grupo NSC e seu papel de apoio técnico e metodológico no processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das Salvaguardas de REDD+. Explicou o arranjo institucional formado para condução e supervisão do processo (Grupo NSC, GIZ, MMA e CCT-Salv) e as etapas já cumpridas, avanços e principais resultados. A figura 4 mostra a estratégia de construção da metodologia baseada em ações cumulativas, onde cada passo e/ou etapa planejada subsidia o seguinte, com condições de corrigir erros, se adaptar as mudanças e novas propostas, consolidar ideias, técnicas, debates em busca de objetivos comuns.

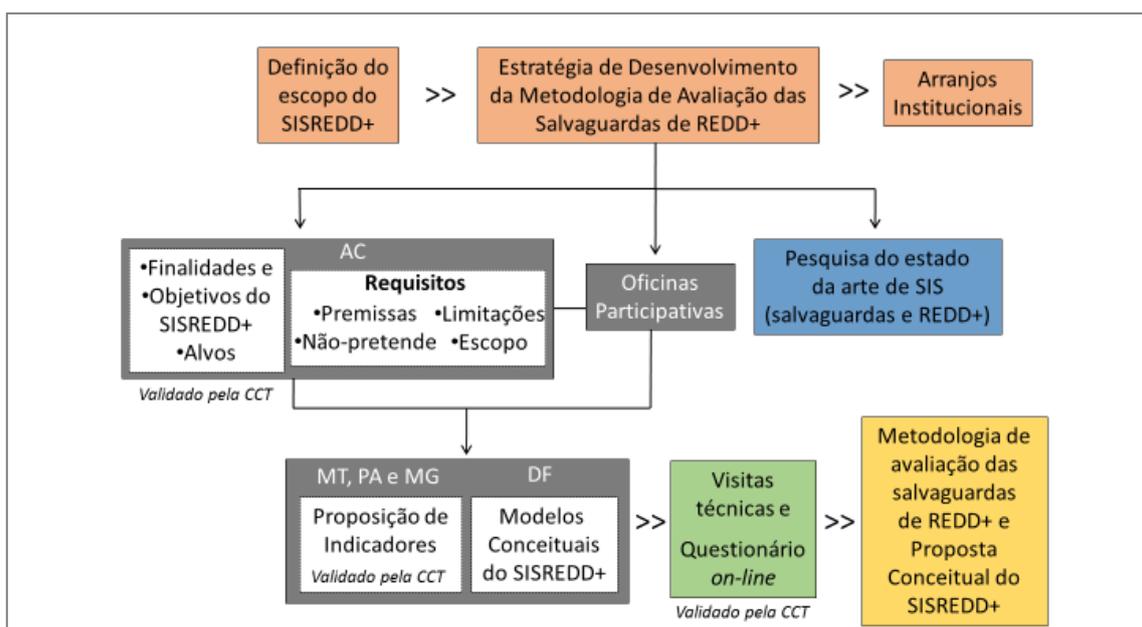


Figura 4: Síntese da estratégia geral de construção da metodologia para avaliação das salvaguardas de REDD+. Fonte: NSC

Informou que o esforço de mobilização para as oficinas foi feito por segmento social. O processo contou com um público equilibrado de gênero e de representantes de setores não governamentais e de governo. Ao longo de todo processo buscou-se manter a transparência (disponibilização dos produtos), o envolvimento, a integração de visões e saberes e a mobilização de alguns setores com pouca presença, como o setor privado empresarial, a agricultura familiar (que aumentou nas últimas oficinas) e a esfera pública municipal.

Foi apresentado os principais produtos técnicos produzidos ao longo das oficinas: o conjunto de requisitos para desenvolvimento do SISREDD+; os indicadores; e os modelos conceituais para as fases de estruturação, funcionamento e usos do sistema (anexos). Foi explicado como se deu o processo para chegar ao conjunto atual dos indicadores para o SISREDD+, que começou em 256 indicadores propostos ao longo das oficinas chegando ao conjunto de 46 indicadores validados. A maioria dos indicadores tem frequências de avaliação anuais e semestrais, e utilizam fontes secundárias de informação para sua avaliação (dados produzidos por pesquisas, estudos, levantamentos, sistemas de informação etc.).

Para finalizar foram apresentados os indicativos de sucesso do processo:

- Construção da metodologia de forma colaborativa (com diversidade cultural e de saberes);
- Governança e transparência ativa;
- Progresso dos debates entre as oficinas e no entendimento;
- Contextos regionais e diversidade de saberes;
- Interlocução com múltiplos atores em diferentes abordagens.

E alguns desafios:

- Compreensão melhor de conceitos e linguagem técnica por parte de todos os envolvidos;
- Integração de dados e sistemas existentes;
- Eficiência na avaliação evitando esforços desnecessários;
- Disponibilidade de recursos humanos e financeiros para a implementação e monitoramento.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes comentários e dúvidas:

- É um processo com muito esforço pela frente, e existe a preocupação com o contexto político atual. Existe a possibilidade de institucionalização parcial dos resultados, por meio de portaria ou outro instrumento, para tentar deixar como obrigação de continuidade do processo no próximo governo?

*Explicação de Patrícia (MMA): Existe um rito já estabelecido, onde inicialmente precisa passar pela aprovação da CONAREDD+ e suas resoluções. Após essa aprovação é possível haver uma institucionalização por decreto ou portaria ministerial, caso assim se entenda pertinente. Atualmente, as resoluções da CONAREDD trazem orientações gerais para o país.*

- Os indicadores são muitos por salvaguarda... já chegaram a uma estratégia de como serão avaliados? Eles conseguem responder se a salvaguarda está atendida? Já chegou neste ponto?

*Em resposta: Eram bem mais. Nunca nos limitamos a um número ótimo... queríamos que o conjunto de indicadores refletisse os temas chave que foram reunidos e debatidos nas oficinas. A metodologia de avaliação está em construção, a princípio se baseia em um conjunto específico de indicadores para cada salvaguarda, mas também existem indicadores que cobrem mais de uma salvaguarda, quando tivermos o conjunto finalizado e qualificado teremos os elementos para o desenho da metodologia de forma mais ampla. Vale lembrar que todo sistema tem sua fase piloto, onde os indicadores serão testados. Outra coisa, o SISREDD+ não precisa utilizar apenas estes indicadores para produção de informativos, o MMA continuará usando outras fontes. Com os indicadores teremos um monitoramento sistemático ao longo do tempo.*

- Olhando para os indicadores: São muito subjetivos, deveriam ser mais objetivos para podermos monitorar. Como articulamos possíveis sistemas de monitoramento salvaguardas em estados, como vai articular? Como os estados podem estabelecer indicadores adaptados?

*Em resposta: Os nomes dos indicadores podem ser subjetivos, porém precisamos analisar a ficha completa, adentrar o indicador para fazer essa avaliação. Não são indicadores totalmente quantitativos, vai além, queríamos um universo mais qualitativo, e informações que vão além dos números. Outro ponto, no planejamento inicial a orientação dada é que em um primeiro ciclo não se estabeleceriam metas para os indicadores. Sobre a articulação com os estados e como se dará esse arranjo, essa é uma pergunta crucial. Acho que ambos os lados, tanto estados que já realizam seus monitoramentos quanto governo federal podem se ajudar, e a meu ver, construir esse arranjo de forma coletiva e já nesse momento.*

- Queria perguntar se isto que foi posto tem prazo para começar e quando e como vai fazer para chegar na base das comunidades. Como vai chegar na base?

Os indígenas já estão nas comunidades falando sobre o REDD+, os quilombolas ainda não estão entendendo e não sabem do programa de REDD+. Há grande diferença entre as comunidades indígenas e negras, os indígenas foram reconhecidos a muito tempo com representantes dentro das instâncias de governos para lidar com as suas questões, e o país nunca fez questão de pensar sobre os negros quilombados. Esse processo de construção trouxe a possibilidade de chamar a atenção para nós, nós existimos. Conseguimos colocar dentro da construção das salvaguardas a palavra quilombola. Temos muito o que aprender e construir ainda.

*Em resposta: Os povos indígenas estão lutando pelo fortalecimento de suas instituições e de suas articulações faz bastante tempo. Isso precisa ser aproveitado, essa experiência pode ser utilizada com outros segmentos. Precisa de uma articulação entre os povos, buscar parcerias e apoio dos indígenas e de quem já está trabalhando com eles.*

Os processos *online* não chegam na base, não dá conta da nossa realidade, que outras ferramentas e metodologias que iremos usar? Quem sabe a voz do Brasil? Ainda é pouco nossa participação, não conseguimos trazer todas as perspectivas. Podemos reunir mais gente para ser ouvida em outros seminários regionais.

*Em resposta: Concordo plenamente (com as falas anteriores), temos que ampliar o debate, temos que pensar novas estratégias para as próximas fases. É importante trazer as sugestões.*

## 7. PRIMEIRO DIA – PALESTRAS ORIENTADORAS GRUPOS DE TRABALHO E FEIRA DE RESULTADOS

### 7.1. Estruturação, Funcionamento e Usos/Aplicações do SISREDD+: aprimoramento dos modelos conceituais. (Carlos Eduardo Marinelli – Grupo Natureza, Sociedade e Conservação)

A palestra teve como objetivo apresentar conceitos, práticas e aplicações no uso de modelos conceituais para o SISREDD+. Foi colocado que esta ferramenta serve para demonstrar conhecimentos ilustrados através de esquemas que agregam comunicabilidade por meio da representação de relações entre processos, agentes e objetos. Neste processo tem contribuído para subsidiar debates e apresentar propostas sobre processos envolvidos na dinâmica de implementação do SISREDD+ em diferentes aspectos.

Foi apresentado os três modelos construídos na oficina anterior, realizada em Brasília (Figura 5), onde cada modelo foi desenvolvido por um grupo de trabalho para ilustrar uma fase de desenvolvimento do sistema (estruturação ou implementação, funcionamento e usos e aplicações). Durante a oficina de Brasília, esta atividade se mostrou um desafio para os participantes, visto que a maioria não tinha familiaridade na construção de modelos conceituais, e que segundo eles “*teria sido mais fácil ter um ponto de partida, pois partir de um quadro em branco foi um pouco difícil no início da atividade*”. A equipe organizadora refletiu sobre essa questão e decidiu que seria válido repetir essa atividade em um próximo encontro. Assim, desta vez, a sugestão foi de os grupos trabalharem na proposta da oficina anterior com objetivo de aprimorar e consolidar os modelos, o que facilitou a atividade possibilitando um melhor entendimento desta ferramenta.

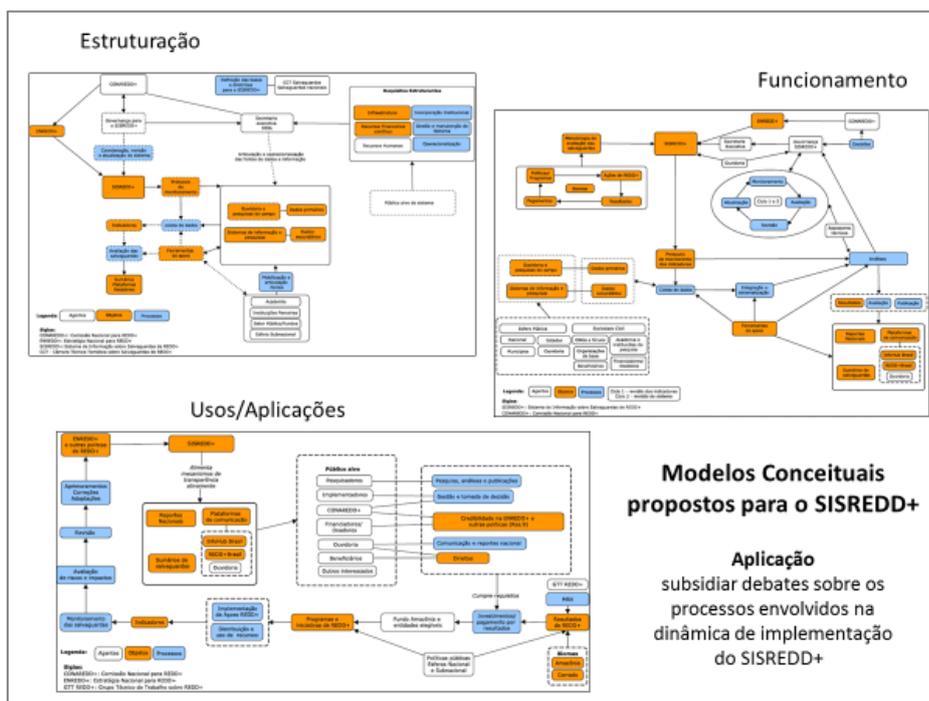


Figura 5. Modelos conceituais para o SISREDD+ elaborados na oficina de Brasília. Fonte: relatório da oficina BSB

### 7.1.1. Aprimoramento dos modelos conceituais do SISREDD+ (Grupos de trabalho e feira de Informações)

Orientados para a atividade pela palestra preparatória realizada pelo Grupo NSC os participantes foram divididos em três grupos de trabalho: G1 – Estruturação do SISREDD+ (ponto focal - Andrea Carrillo/Alexandre Avelino), G2 – Funcionamento do SISREDD+ (facilitador – Carlos Eduardo Marinelli), G3 – Usos e Aplicações do SISREDD+ (facilitador – Camila Pianca). Cada grupo trabalhou uma proposta de modelo conceitual apontando melhorias, correções e complementações (Figura 6).



Figura 6 a e b. Diferentes grupos de trabalho para aprimoramento dos modelos conceituais. Fotos: Grupo NSC



Para conduzir o grupo no diálogo temático o facilitador foi o anfitrião dos membros dos demais grupos, que a cada rodada visitaram outras salas durante a Feira de Informações. A dinâmica da feira de informações foi utilizada para promover o diálogo, a troca de experiências e a colheita estruturada de recomendações para os modelos construídos para o SISREDD+. A cada rodada foi realizada a leitura do modelo afixado em painel, acompanhada em mãos pelos participantes, seguido pelo esclarecimento de eventuais dúvidas e, finalmente, recebimento de sugestões dos participantes para ajustes, adições ou exclusões. Ao final das visitas os participantes de cada grupo retornaram à sua sala de origem, dialogaram sobre as contribuições que surgiram em cada rodada afim de chegar em uma proposta final e apontaram os dissensos que serão resolvidos posteriormente pela equipe técnica deste projeto. As alterações resultantes do Seminário Nacional foram sistematizadas. Na legenda de cada modelo (parte inferior da figura) é possível identificar o significado das formas e elementos representados nos modelos (figuras 7, 8 e 9).

## ESTRUTURAÇÃO DO SISREDD+

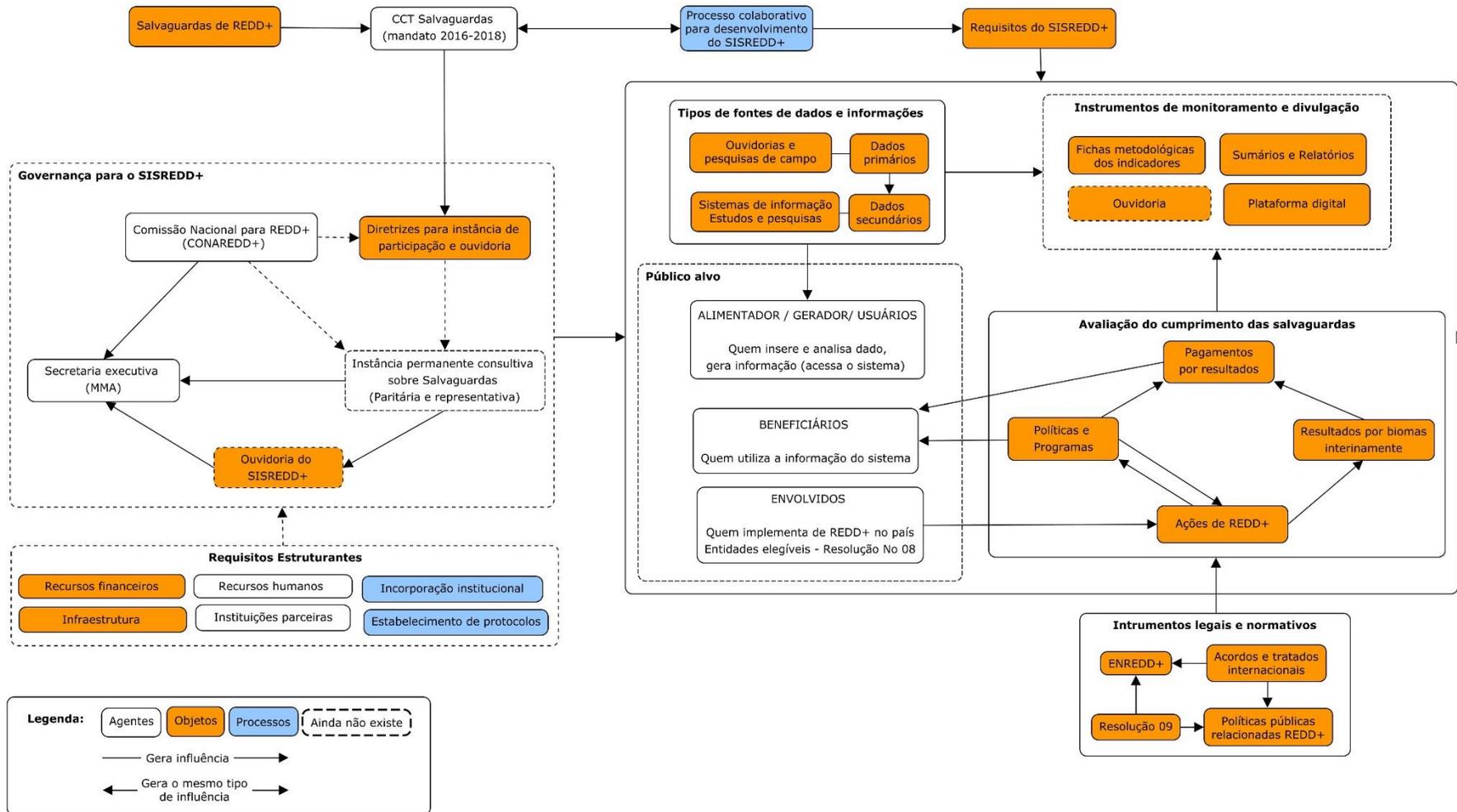


Figura 7. Modelo de estruturação do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional.<sup>2</sup>

Fonte: Elaboração própria a partir do seminário nacional

<sup>2</sup> Siglas: CONAREDD+: Comissão Nacional para REDD+ (Resolução número 09), CCT - Salvaguardas: Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas, CNPCT: Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, MMA: Ministério do Meio Ambiente, SISREDD+: Sistema de Informação sobre Salvaguardas de REDD+

### FUNCIONAMENTO SISREDD+

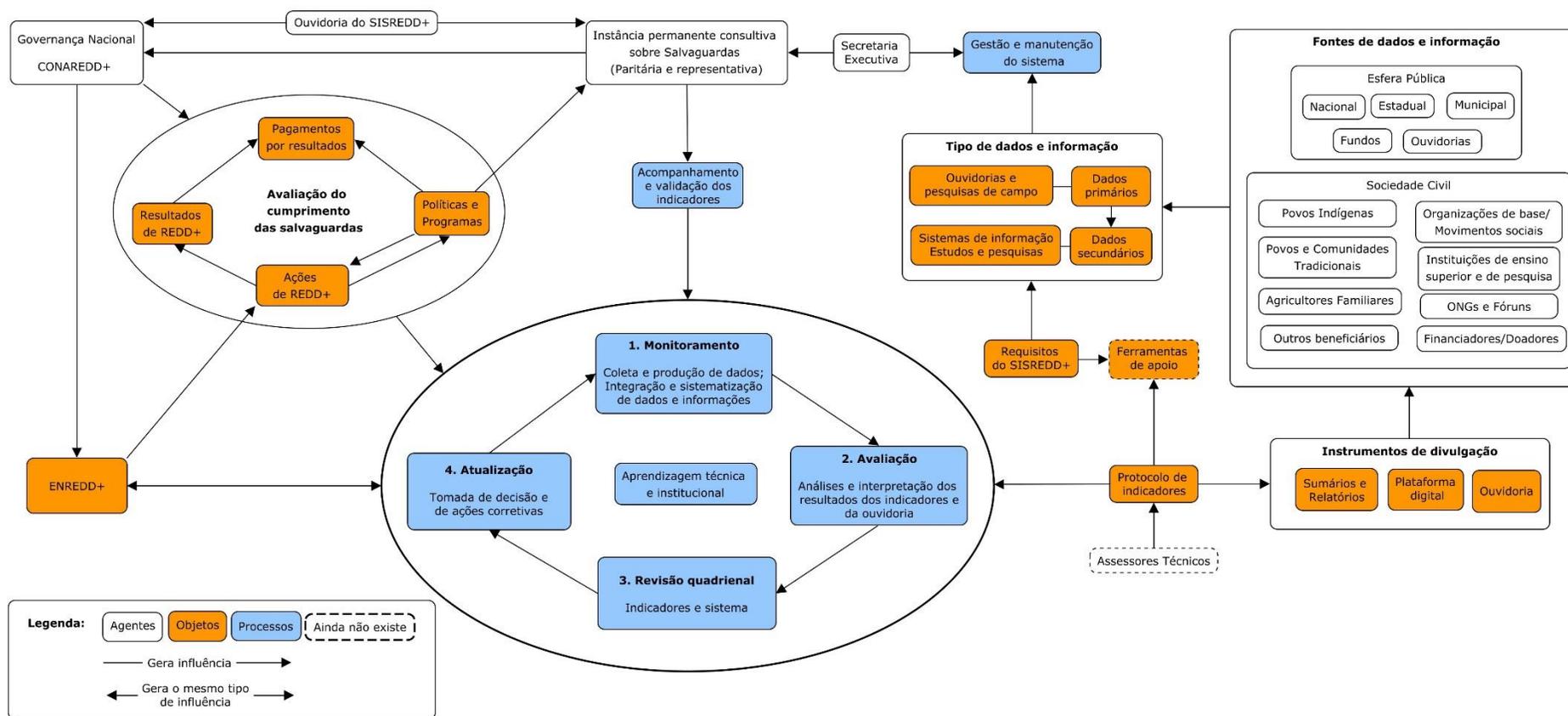


Figura 8. Modelo de funcionamento do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional.

Fonte: Elaboração própria a partir do seminário nacional

USOS E APLICAÇÕES DO SISREDD+

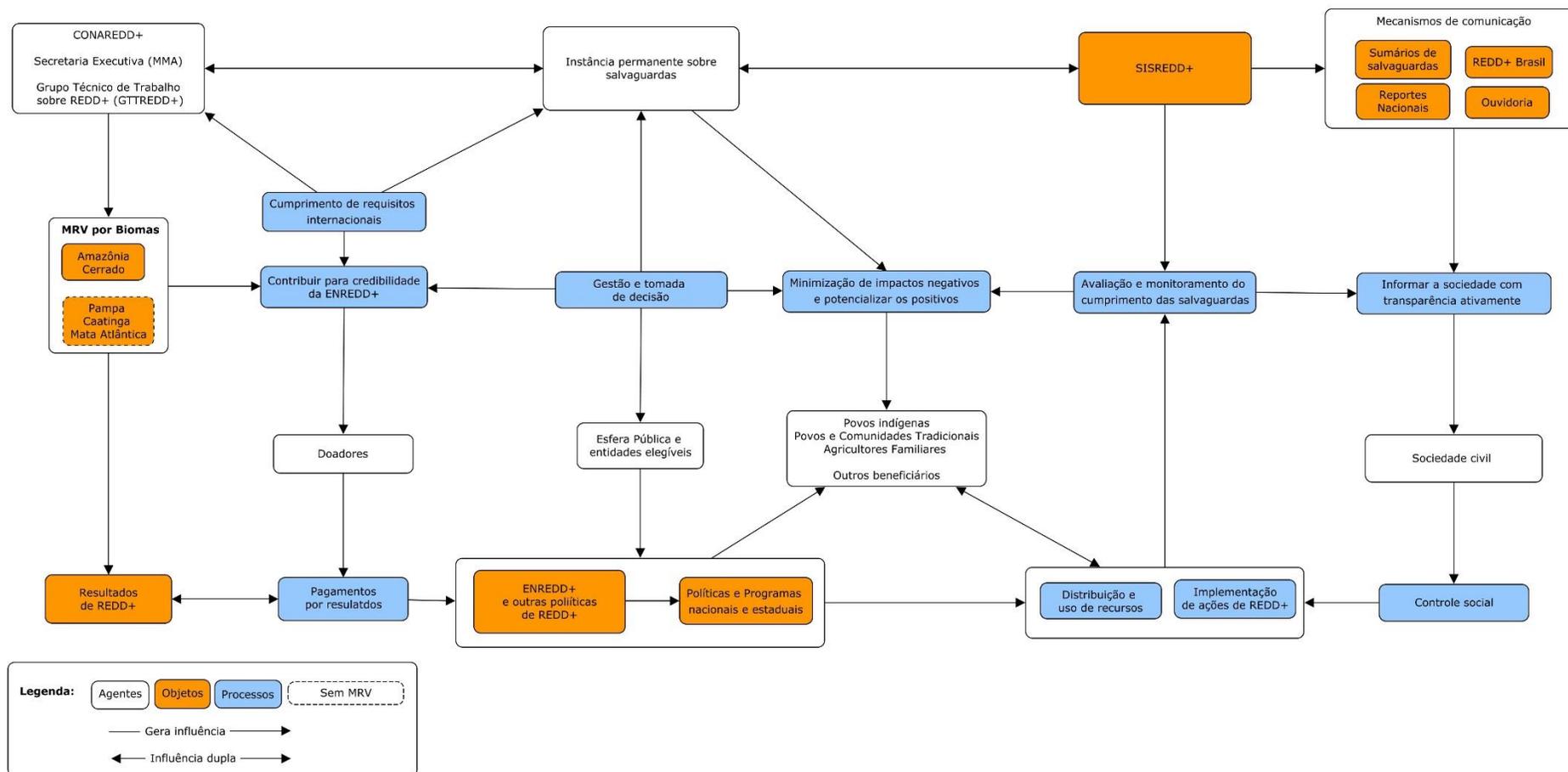


Figura 9. Modelo de usos e aplicações do SISREDD+ aprimorado Seminário Nacional<sup>3</sup>.

Fonte: Elaboração própria a partir do seminário nacional

<sup>3</sup> MRV: Monitoramento, Reporte e Verificação (requisito internacional para recebimento de pagamento por resultados de REDD+)

## 8. SEGUNDO DIA – PALESTRAS ORIENTADORAS E GRUPOS DE TRABALHO E FEIRA DE RESULTADOS

### 8.1. Princípios da boa governança – subsídios para reflexão sobre uma governança para o SISREDD+ (Carlos Eduardo Marinelli, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação)

O foco desta apresentação foi provocar a reflexão dos participantes em relação ao conceito de governança. O objetivo foi desenvolver uma consciência para o que seria necessário numa estrutura de governança capaz de atuar de forma eficaz. O conceito colocado para a plenária é de que “governança tem a ver com o exercício do poder em processos decisórios, o qual deve atender princípios norteadores ligados a quem participa das decisões, como as decisões são tomadas e quais as responsabilizações das decisões”. Foram explicados seis princípios: legitimidade, inclusão, transparência, conectividade, responsabilização e resiliência.

Como subsídios para as discussões em grupos foi apresentado um documento elaborado pela Câmara Temática de Salvaguardas (CCT-Salv) que traz um conjunto de diretrizes para o estabelecimento de uma governança permanente para salvaguardas. Foi orientado que esse documento servisse de referência aos debates para posterior colheita de visões sobre a governança do SISREDD+. Por fim, foi apresentado um esboço elaborado pelo Grupo NSC reunindo elementos relacionados à governança do SISREDD+ extraídos dos modelos conceituais construídos na oficina de Brasília (Figura 10).



Figura 10: Esboço com elementos relacionados à governança do SISREDD+ extraídos dos modelos conceituais construídos na oficina de Brasília. Fonte: NSC

### 8.1.1. Manhã - Grupos de trabalho sobre governança do SISREDD+: princípios e diretrizes para o seu funcionamento

Considerando as diretrizes elaboradas para instância de participação sobre o SISREDD+, que elementos podemos considerar para promover a 'boa governança' desse espaço? Para responder essa pergunta foi realizado um trabalho em grupos para reflexão e diálogo sobre o tema. Essa troca de experiências resultou na colheita estruturada de recomendações para complementar o documento elaborado pela CCT Salvaguardas.



Figura 11. Princípios da boa governança – subsídios para reflexão para o SISREDD+, Caê Marinelli (Grupo NSC). Foto: Grupo NSC

Os participantes foram divididos em três grupos, cada um trabalhou dois princípios para boa governança. Após leitura do documento base da CCT-Salv, que foi acompanhado pela leitura em mãos pelos participantes, houve um breve momento para esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o documento e/ou atividade. Cada grupo foi subdividido em duplas ou trios que receberam perguntas orientadoras relacionadas à um dos dois princípios sob a responsabilidade do grupo. Em seguida foi realizada a rodada de conversas para reflexão sobre as perguntas orientadoras. Ao final foi feita a leitura de todas as contribuições e a revisão final integrada pelo grupo reunido. Os resultados das atividades estão apresentados nas tabelas de 1 a 6.



Figura 12. Divisão dos grupos para discussão sobre princípios de boa governança

## Perguntas orientadoras para cada princípio utilizadas na atividade

### CONECTIVIDADE

1. O que pode ser feito para conectar essa instância de participação com colegas de mesma escala e de outras escalas?

### TRANSPARÊNCIA

1. O que pode ser feito para que o controle social da transparência seja exercido nessa instância?
2. O que pode ser considerada uma informação "adequada e acessível" para sociedade?
3. O que pode ser feito para que a sociedade seja informada sobre as decisões e resultados dessa instância?

### RESPONSABILIZAÇÃO

1. O que pode ser utilizado para tomada de decisões nessa instância e para que avaliações das decisões tomadas sejam usadas para novas decisões?
2. O que pode ser feito para avaliar o desempenho, resultados e impactos das decisões tomadas nessa instância?

### RESILIÊNCIA

1. O que pode ser feito para que essa instância possa aprender (intencionalmente) a partir das experiências e da absorção de novos conhecimentos?
2. O que pode ser feito para que essa instância identifique, caracterize e faça gestão de riscos?
3. O que pode ser feito nessa instância para rearranjar processos internos e procedimentos em resposta às mudanças de condições?

### LEGITIMIDADE

1. O que pode ser considerado como "equilíbrio regional e de bioma" entre os membros dessa instância?
2. Qual pode ser o prazo de duração do mandato e renovação dos membros dessa instância?
3. Quantas faltas consecutivas justificadas seriam necessárias para substituição de um membro dessa instância?

### INCLUSÃO

1. Quais as classes geracionais a serem consideradas na composição dessa instância?
2. O que pode ser considerado "engajamento de um ator no tema" para que isso seja um critério de seleção de membros para essa instância?
3. O que pode ser feito para que diferentes formas de saber levem a decisões justas e democráticas? mudança de condições internas e externas?



Figura 13. Membros do grupo de trabalho que discutiu os princípios de resiliência e responsabilidade na governança do SISREDD+. Fonte: NSC

Tabela 1. Painel resultante do debate sobre o princípio de conectividade na governança do SISREDD+.

1. Conectividade	
1a. Com colegiados da mesma escala de governança	1b. Com colegiados de outras escalas de governança
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração das informações e sistemas</li> <li>- Conectar com instâncias na mesma escala de outras políticas relacionadas</li> <li>- Garantir representação de outros ministérios na instância (ex. MF, MRE, MCTIC, MAPA, MDS)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de eventos regionais em todas as escalas</li> <li>- Ampliação e maior aproximação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares</li> <li>- Considerar o Decreto 6.040<sup>4</sup> (implementação dos fóruns regionais e locais)</li> <li>- Capacitação dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), ouvidorias, conselhos (Incentivar a replicação de conteúdo sobre REDD+ pelos órgãos)</li> <li>- Articulação com instituições de apoio, de pesquisa, institutos federais para facilitar a interlocução com a base.</li> <li>- Alinhamento e aninhamento entre esferas governamentais nacionais/ internacionais</li> <li>- Boletim REDD+ Brasil compartilhado com instâncias REDD+ estaduais</li> <li>- Articulação e diálogo e conexão informacional contínuos com outros colegiados e instâncias de controle social de REDD+ estaduais e de atores locais (ex. CNPI, CNPCT, CONSEA, CGPNGATI, CONDRAF)</li> </ul>
<b>Ambos</b> - Considerar as iniciativas de sistema de salvaguardas existentes	

Tabela 2. Painel resultante do debate sobre o princípio de transparência na governança do SISREDD+

2. Transparência		
1. Para exercer o controle social da transparência	2. O que seria uma informação adequada e acessível para sociedade	3. Como informar para sociedade as decisões tomadas pela instância
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio financeiro à participação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com organização logística em tempo hábil.</li> <li>- Processos formativos contínuos e preparatórios com atores locais</li> <li>- Atualização e divulgação ativa, fiel e acessível de dados e informações (atas das reuniões, resultados de processos colaborativos etc.) no <i>InfoHub</i> e outros portais de informação</li> <li>- Garantia de representação paritária (governo/ sociedade civil) e equilibrada privilegiando os atores locais</li> <li>- Fortalecimento do papel de monitoramento e avaliação da instância</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação disponível em português de fácil entendimento, clara e objetiva para todos os atores envolvidos com ou sem acesso à internet.</li> <li>- Glossário que esclareça os conceitos básicos</li> <li>- Divulgação de informação/relatórios em diferentes materiais e veículos de comunicação, em formato audiovisual facilitando a compreensão</li> <li>- Envio prévio de documentos de subsídios (1 mês) e de resultados periodicamente</li> <li>- Disponibilização de dados primários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Boletins periódicos com informações resumidas de todas as atividades da governança, suas as decisões e resultados.</li> <li>- Apoio às ouvidorias (locais) nos territórios</li> <li>- Aplicativo para celular do SISREDD+ (para acesso/recepção à informação (boletins, áudios etc.), com mapas de incidência da política, mecanismo para denúncias etc.</li> <li>- Quando possível traduzir a informação na língua-mãe (nativa) ("sob demanda")</li> </ul>
<b>Transversal</b> - Respeito à lei de acesso à informação e a consulta livre, prévia e informada - Convenção 169 OIT.		

<sup>4</sup> Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, coordenar a implementação da PNPCT

Tabela 3. Painel resultante do debate sobre o princípio de responsabilização na governança do SISREDD+

3. Responsabilização		
1. A ser usado para tomada de decisão	2. Aproveitamento das avaliações em novas tomadas de decisões	3. Para avaliar o desempenho, resultados e impactos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento dos dados, resultados e seus efeitos, ou seja, do sistema de informação</li> <li>- Verificar a aplicabilidade das decisões antes: ideal x real</li> <li>- Produtos e encaminhamentos (pareceres e sumário) entregues à CONAREDD+</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retroalimentação continuada (Aplicação do Ciclo PDCA – Planejar, Fazer, Checar e Agir)</li> <li>- Registro histórico de entraves e ações exitosas comuns</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorar decisões (via ouvidoria, coleta de dados etc.)</li> <li>- Realizar oficinas regionais e locais de avaliação (não das iniciativas) - a depender da iniciativa, do momento</li> </ul>
<p><b>Transversal: Avaliar as decisões apresentadas e reavaliar de forma crítica por meio de processo de apuração com prática democrática em metodologia simples</b></p>		

Tabela 4. Painel resultante do debate sobre o princípio de resiliência na governança do SISREDD+

4. Resiliência		
1. Para aprender a partir de novas experiências e conhecimentos	2. Para fazer Gestão de Risco <sup>5</sup>	3. Para rearranjar processos e procedimentos em resposta à mudança de condições
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação em rede com outras instâncias incorporando as experiências e conhecimentos</li> <li>- Avaliar a efetividade dos encaminhamentos à CONAREDD+ e do atendimento à instância permanente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar ferramentas e procedimentos específicos para gestão de riscos</li> <li>- Fazer gestão de conflitos em caráter preventivo a riscos</li> <li>- Aproximação dos diversos atores do processo para identificação dos riscos reais ao funcionamento adequado dos espaços de governança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolução CONAREDD+ de criação e estruturação da instância (serve também para outros grupos)</li> </ul>
<p><b>Transversal: São processos que se retroalimentam, demandam ferramentas específicas e atuação em rede para fortalecimento de comunicação</b></p>		

<sup>5</sup> Instância é operacional e tem autonomia para definir processos (revisar item 6 das diretrizes para governança); Abrangência sobre as salvaguardas já é mais ampla nos objetivos e item 2 das atribuições

Tabela 5. Painel resultante do debate sobre o princípio de legitimidade na governança do SISREDD+ (em vermelho os pontos divergentes entre os participantes)

5. Legitimidade		
1. O que pode ser considerado como equilíbrio regional e de bioma entre os membros	2. Qual deveria ser a duração e renovação do mandato	3. Qual seria o número de faltas justificadas permitidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a titularidade dos territórios tradicionais - as comunidades tradicionais são quem conserva os biomas</li> <li>- Desvincular a participação à titularidade formal</li> <li>- Destacar a diversidade de identidades de atores sociais</li> <li>- A presença de todos os biomas e equidade levando em consideração o tamanho e a diversidade regional dos diferentes biomas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mandato e renovação de 4 em 4 anos (com participação ativa de suplentes e/ou outros para preparar a sucessão) - Sem vinculação com mandato de governo</li> <li>- Mandato de 2 anos renovável por mais 2 anos (a)</li> <li>- Mandato não coincidente com os mandatos de presidente/governador (b)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 faltas da vaga (consecutivas) justificadas ou não no período de um ano</li> </ul>

Tabela 6. Painel resultante do debate sobre o princípio de inclusão na governança do SISREDD+ (em vermelho os pontos divergentes entre os participantes)

6. Inclusão		
1. Quais classes geracionais devem ser consideradas na composição	2. Como o engajamento do ator no tema poderia ser um critério de seleção	3. Como diferentes formas de saber podem levar a decisões justas e democráticas
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir, de forma alternada, a titularidade e suplência entre jovens e anciões</li> <li>- Considerar gênero, raças e etnias</li> <li>- Dar autonomia para as entidades indicarem seus representantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Engajamento com base em que tipo de entidade/organização o ator está inserido</li> <li>- A participação na instância envolve capacitação no tema</li> <li>- Representatividade</li> <li>- Comunicabilidade</li> <li>- Proatividade, comunicação, mobilização, relações interinstitucionais</li> <li>- Dar condições para que o representante possa levar a contribuição para sua base/entidade e retornar as discussões para tomada de decisões confiáveis e estruturantes</li> <li>- Informar com clareza as tarefas e objetivos da instância</li> <li>- Experiência e conhecimento</li> <li>- Não deve ser obrigatório conhecimento prévio em REDD+, mas sim em políticas públicas associadas conforme resolução nº 09</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerar, com o mesmo peso, as diferentes formas de saber, com comprovação científica ou não</li> <li>- Considerar a complementariedade entre os saberes</li> <li>- Linguagem acessível às diferentes formas de saber</li> <li>- Prever apoio financeiro para inclusão de diferentes atores sociais</li> </ul>

### 8.1.2. Tarde – Grupo de trabalho sobre coleta de dados para o monitoramento e avaliação dos indicadores: proposições, reflexões e análises

Foi apresentado pelo Grupo NSC, segundo sua proposta de trabalho, um esquema simplificado sobre as principais fases e ações de curto, médio e longo prazo para implementação do SISREDD+ (Figura 14). Na busca de colher ideias, subsídios, contribuições e desafios foi realizada uma atividade em grupos para discussão de pontos fortes e fracos relacionados aos próximos passos, que em nossa experiência são os mais adequados para implementação de um sistema de monitoramento no contexto do SISREDD+.

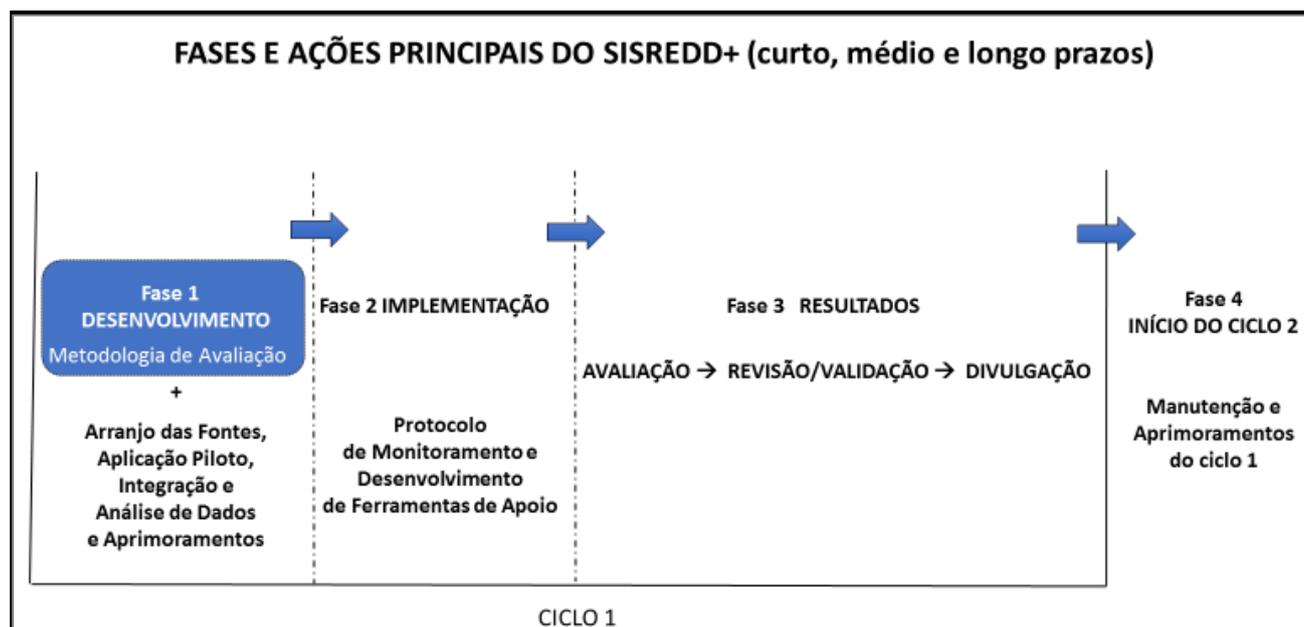


Figura 14. Principais fases e ações à curto, médio e longo prazo para implementação do monitoramento do SISREDD+. Fonte: NSC

Os participantes foram divididos em três grupos, cada um trabalhou um tema e cada tema tinha três eixos para identificação de pontos fortes e fracos (Figura 15). A dinâmica foi realizada da seguinte forma para colheita das recomendações: 1. breve momento para esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a atividade, 2. rodada de conversas sobre os eixos propostos em cada tema, 3. registro das sugestões dos participantes e 4. leitura de todas as contribuições e revisão final pelo grupo. Os resultados das atividades estão apresentados na como mostram as tabelas 7,8 e 9.

Envolvimento e Colaboração	Pesquisa e Análise de dados	Ferramentas de suporte
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização de redes de instituições e atores-fonte de dados</li> <li>Engajamento de instituições e atores-fonte de dados para geração dos dados</li> <li>Engajamento de instituições e atores-fonte na interpretação dos dados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coleta e produção de dados (Antes: pré-coleta)</li> <li>Mecanismo e esforço para sistematização de dados (Durante: coleta)</li> <li>Análise de dados (Depois: pós-coleta)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mecanismos de transferência e uso de tecnologias</li> <li>Coleta e produção de dados</li> <li>Análises, divulgação e intercâmbio de informações</li> </ul>

Figura 15. Temas e eixos para identificação de pontos fracos e fortes para próximas etapas de implementação do monitoramento do SISREDD+. Fonte: NSC

Tabela 7. Painel de atividade pontos fortes e fracos – **Envolvimento e Colaboração**

Eixos	Pontos fortes	Pontos fracos
<b>Mobilização de redes de instituições e atores - fonte de dados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de rede de instituições, órgãos públicos e de pesquisa</li> <li>- Crescente disponibilidade de informação por mídias sociais e digitais</li> <li>- Lei de acesso à informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contexto político de incerteza</li> <li>- Desmobilização de redes e instituições (risco)</li> <li>- Descontinuidade na sistematização de dados (risco)</li> <li>- Não padronização da coleta e sistematização de dados</li> <li>- Dados defasados</li> </ul>
<b>Engajamento de instituições e atores - fonte na geração dos dados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de colaboração de diversas instituições para produção dos dados</li> <li>- Muitas informações já produzidas e disponíveis</li> <li>- A colaboração de várias instituições na produção de dados permite maior facilidade na interpretação por diversos atores</li> <li>- Possibilidade de utilizar dados de diversas fontes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de interlocução dentro das instituições e entre elas</li> <li>- Dificuldade de incorporar e interpretar dados produzidos na base</li> <li>- Deterioração das fontes dos órgãos públicos e privatização das fontes</li> <li>- Falta de profissionais para sistematização dos dados</li> <li>- Dificuldade em produzir dados, através de informações já disponíveis (com periodicidade)</li> </ul>
<b>Engajamento de instituições e atores - fonte na interpretação dos dados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- APP (Outras plataformas democráticas) com mapa das políticas com recursos REDD+ - Monitoramento Social</li> <li>- Maior geração de dados por tecnologia remoto</li> <li>- Maior acesso a dados à sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interpretação do "sustentável" como baixa emissão de CO2 (Perigo "métrica carbono" reducionista)</li> <li>- Degradação de órgãos de controle, substituição por plataformas remoto, acesso/interpretação dos dados por quem detém a tecnologia</li> <li>- Influência político-econômica sobre órgãos de controle dos grandes x pequenos (criminalização PIPCTAFs com infrações/multas ambientais)</li> <li>- Diferentes visões dos ministérios sobre dados gerados ("Produção sustentável", "Selo verde")</li> <li>- Diferentes visões entre PIPCTAFs sobre gestão do território x visão tradicional ambiental (Ex.: Reserva Legal - RL/Áreas de Proteção Permanente -APP)</li> </ul>

Tabela 8. Painel de atividade pontos fortes e fracos – Pesquisa e análise de dados

Eixos	Pontos fortes	Pontos fracos	Recomendação
<p><b>Antes (pré-coleta)</b></p> <p><b>Coleta e produção de dados</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento adequado: identificação dos atores, abrangência e representatividade; cooperações com universidades/ fundações que apoiam as PIPCTAFs para coleta de dados</li> <li>- Continuidade na produção dos dados</li> <li>- Diversidade de fontes: Utilização de dados oficiais e não oficiais ("validados") através de parcerias "formalizadas"</li> <li>- Dados primários/secundários terão aplicações diversas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitação de acesso aos dados brutos</li> <li>- Disponibilização de recursos para produção dos dados</li> <li>- Ausência de um planejamento robusto</li> <li>- Dados primários pouco representativos</li> <li>- Burocracia para aquisição dos dados</li> <li>- Pulverização dos dados entre as instituições</li> <li>- Recursos humanos e financeiros insuficientes</li> </ul>	<p>Institucionalizar parceria/ fomento para pesquisa e análise de dados (CAPES/ CNPQ/ Fundações de amparo à pesquisa estaduais)</p> <p>- Redes e programas de pós-graduação em temas como ambiente e sociedade</p>
<p><b>Durante (Coleta)</b></p> <p><b>Mecanismo e esforço para geração/ sistematização de dados</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abundância de dados históricos para algumas salvaguardas</li> <li>- Articulação entre parceiros</li> <li>- Parte dos dados pode estar em bancos de dados</li> <li>- Oportunidades para interoperabilidade entre sistemas</li> <li>- Geração de banco de dados público (disponibilidade para outras políticas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande diversidade requer esforço para sistematização</li> <li>- Grande esforço para presença efetiva em campo</li> <li>- Não é garantida a continuidade de coleta de dados</li> <li>- Insumos insuficientes (combustível, diárias etc.) para coleta no campo</li> <li>- Falta de padronização dos dados pode prejudicar análise</li> <li>- Cronograma de coleta pode não "casar" com UNFCCC</li> <li>- Não considerar no planejamento condições climáticas para coleta de dados de campo (Inverno/ verão amazônico)</li> </ul>	<p>Pensar em mecanismos resilientes de coleta e análise de dados</p>
<p><b>Depois (pós-coleta)</b></p> <p><b>Análise de dados</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacidade do Brasil para análise dos dados</li> <li>- Subsidiar/ retroalimentar políticas públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confiabilidade dos dados</li> <li>- Não considerar no planejamento alta frequência de relatos que exige mais recursos humanos para produção</li> <li>- Análise das especificidades de forma adequada (grupos, territórios etc.)</li> <li>- Analisar dados secundários sem metadados</li> <li>- Ausência de ferramentas para análise de dados</li> </ul>	

Tabela 9. Painel de atividade pontos fortes e fracos – **Ferramentas de suporte**

Eixos	Pontos fortes	Pontos fracos	Recomendações
<b>Mecanismos de transferência e uso de tecnologias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visibilidade (internacional também) das salvaguardas brasileiras</li> <li>- Acesso facilitado à informação (hoje dispersa) e transparência</li> <li>- Rastreabilidade da informação (<i>Blockchain</i>, também conhecido como “o protocolo de confiança”) e metadados</li> <li>- Uso de dados de fontes seguras</li> <li>- Coleta de dados automática?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tradução dos indicadores em dados reais/existentes</li> <li>- Instabilidade de rede de internet para operacionalizar o sistema</li> <li>- Dificuldade de acesso à internet, falta de energia, logística</li> <li>- Capacitação (conhecimento)</li> <li>- Combinação de diferentes sistemas, necessidade de formatos de intercâmbio de dados (homogeneização)</li> <li>- Arcabouço que dá conta da heterogeneidade do dado (acesso/senha, fontes diversas)</li> <li>- Frequência variada de coleta/atualização de informações (risco)</li> <li>- Dificuldade de monitoramento (Dados secundários x campo)</li> <li>- Confiabilidade dos dados (qualidade? validação?)</li> <li>- Quantidade de dados secundários</li> <li>- Responsabilidade de criação e manutenção, rotatividade de operação/ gerência, custos de manutenção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base de dados integrada que permite acesso a todos os segmentos</li> <li>- Incluir parte do sistema (coleta e divulgação de dados) em aplicativo para celular</li> <li>- Disponibilidade <i>online</i> e <i>off-line</i> de plataforma</li> </ul>
<b>Coleta e produção de dados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso de plataformas para divulgação</li> <li>- Mapear os investimentos e dar publicidade</li> <li>- Aproveitamento de dados existentes</li> <li>- Mecanismos conectados com as bases de acordo com cada realidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agrupamento dos dados não refletirá a realidade</li> <li>- Linguagem diferente das diversas plataformas</li> <li>- Informações com medidas diversas</li> <li>- Volume de dados a ser coletado</li> <li>- Monitoramento é um processo caro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso de aplicativos abertos para a coleta adequada e participativa</li> </ul>
<b>Análises, divulgação e intercâmbio de informações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rapidez da divulgação da informação</li> <li>- Pulverização da informação</li> <li>- Coleta de dados/ informações para análise</li> <li>- Maior alcance, fácil acesso, capilaridade</li> <li>- Fortalecimento interinstitucional, maior comunicação, interação social,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de acesso à internet em algumas localidades</li> <li>- Falta de conhecimento da base sobre o REDD+</li> <li>- Falta de retorno da informação local</li> <li>- Custos</li> <li>- Falta de apoio dos governos estaduais</li> <li>- Desarticulação entre os atores (comissão, comitê, fóruns)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter uma página/aba específica</li> </ul>

	<p>mobilização, proximidade, articulação, assistência técnica</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Equipe de educação ambiental estadual, comissões, comitês e fóruns</li></ul>		
--	--	--	--

## 10. BALANÇO GERAL, PRÓXIMOS PASSOS E ENCERRAMENTO

Os objetivos propostos para o seminário foram cumpridos. Os modelos conceituais foram aprimorados; recomendações para o documento de diretrizes e princípios para governança do SISREDD+ foram propostas de forma colaborativa, complementando assim o trabalho da CCT-Salv; e aspectos importantes para os próximos passos de implementação do SISREDD+ foram debatidos e levantados, criando condições mais favoráveis para a implementação do monitoramento do cumprimento das salvaguardas.

O equilíbrio de representantes dos diferentes setores foi alcançado, mas não como era desejado, devido à baixa representação de povos indígenas e comunidades tradicionais no evento. A mobilização de alguns setores e/ou segmentos da sociedade segue como um dos maiores desafios deste processo e de tantos outros em andamento no país.

O evento marca o término do processo de construção coletiva da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+. Todos os eventos (Acre, Mato Grosso, Belém, Minas Gerais e Brasília) foram essenciais para o desenvolvimento da metodologia e do aprimoramento do sistema como um todo, uma vez que foram expostas as realidades de quem é diretamente influenciado por políticas ambientais. No que foi possível, os contextos e realidades estão refletidas nos indicadores e modelos conceituais do SISREDD+. Dessa forma, o SISREDD+ se tornará um sistema de informação mais próximo dos atores locais, e certamente mais contextualizado, abrangente e eficiente do que se não fosse construído coletivamente. Claro que para seu bem-sucedido desenvolvimento e implementação muitos desafios ainda estão por vir e o trabalho de uma instância de governança bem informada, conectada, articulada e equilibrada em sua composição trabalhando de forma eficaz e efetiva para a condução do tema no país será essencial para o sucesso.

Ao final do evento a equipe organizadora agradeceu o empenho de todos participantes, novos e antigos, e se comprometeu em apresentar o documento conceitual do SISREDD+, com os resultados consolidados do processo para futuras contribuições da sociedade. De forma geral todos participantes indicaram a importância desse capital social ser mantido e valorizado e que esse diálogo aberto, inclusivo e transparente se mantenha no futuro.

### **Próximos passos** (Camila Pianca, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação)

Conforme o planejamento da construção da metodologia, o último passo será analisar as contribuições ao questionário *online* (disponível por 15 dias) sobre a viabilidade e a aplicabilidade, entre outros, do conjunto de 46 indicadores propostos nas oficinas regionais, e fechar o conjunto final de indicadores e proposta conceitual do SISREDD+.

Durante o evento foram brevemente apresentados os objetivos deste questionário, seu formato e metodologia de aplicação via formulários do *google*. Todos os convidados participantes do processo e cadastrados no Boletim do REDD+ (boletim informativo online do Ministério do Meio Ambiente) receberam um e-mail convite para contribuir com a pesquisa. Importante reforçar que esta atividade é complementar e não vai atender os atores que não tem acesso à internet, mas poderá proporcionar a participação de atores que não puderam estar presentes nos eventos (Figura 16).

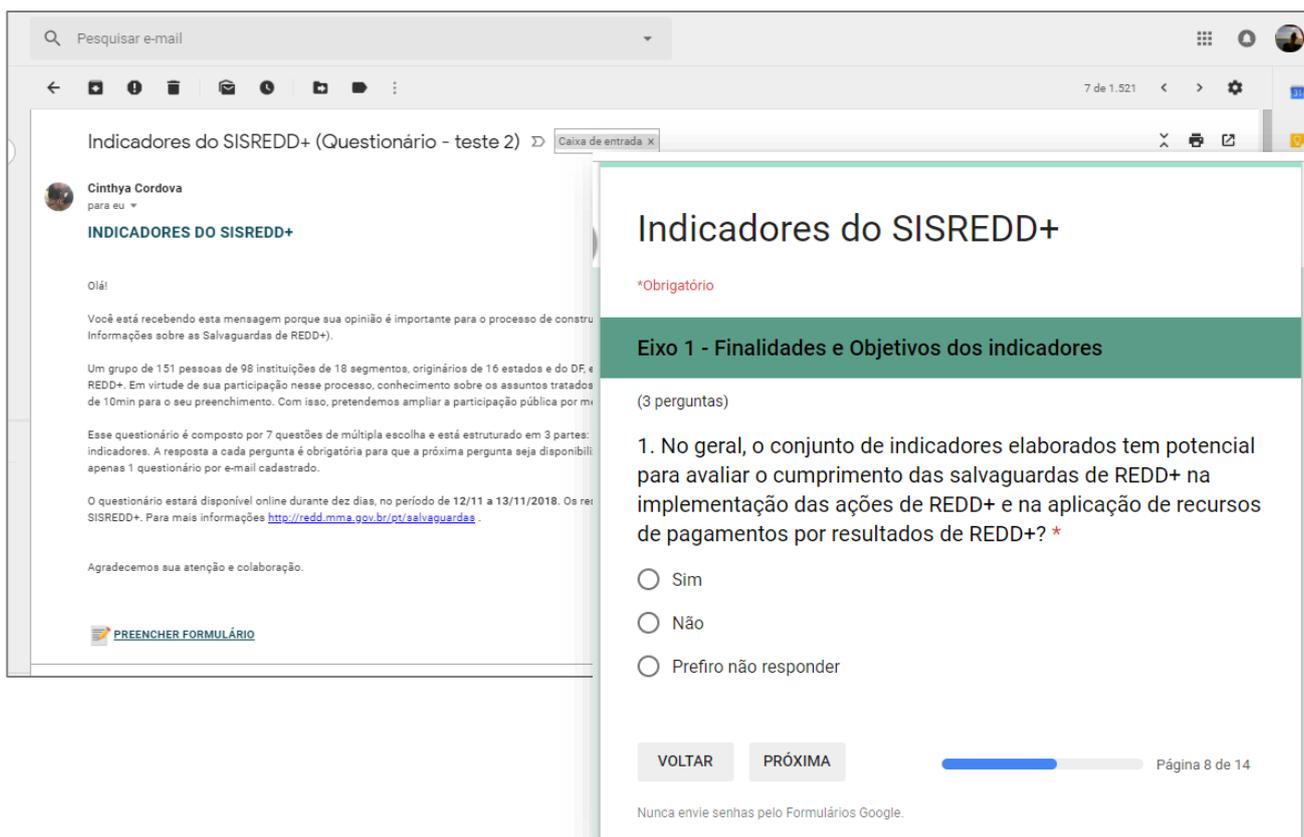
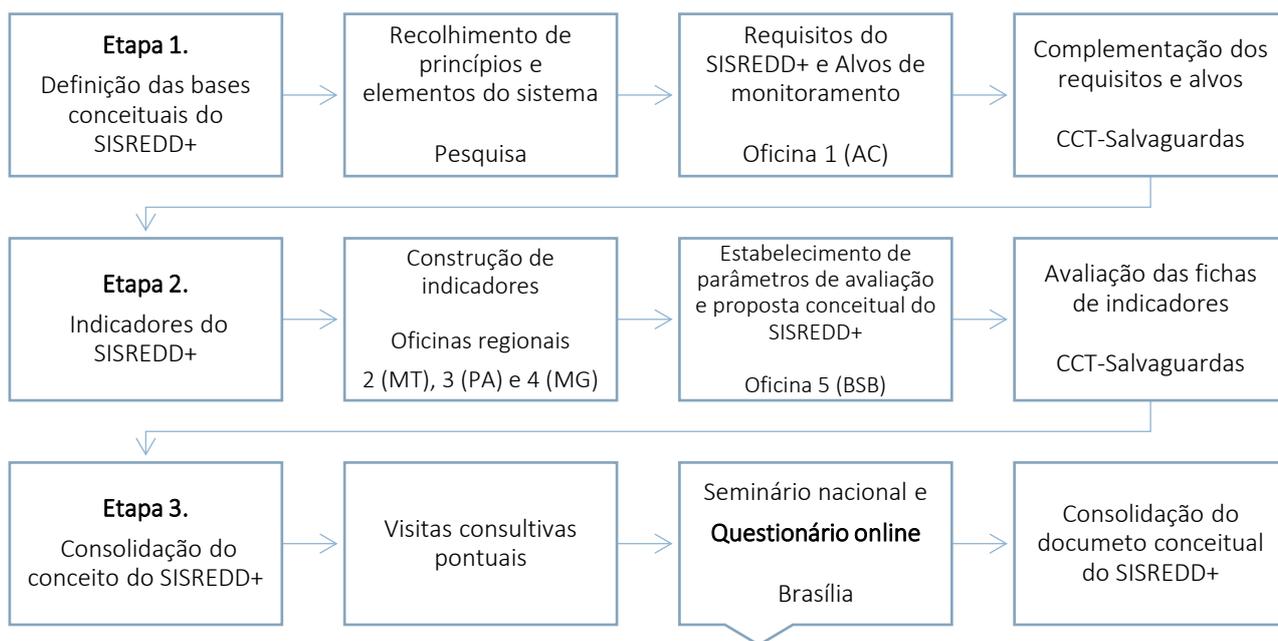


Figura 16: Próximos passos no planejamento de construção da metodologia do SISREDD+. Fonte: NSC

## 9. Lista de participantes

	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
1	Alexandre da Silva Maciel	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) - Resex Chico Mendes - AC
2	Ana Célia do Espírito Santo Santana	Quilombo Jutaí -Breu Branco - PA
3	Anja Wucke	Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) - DF
4	Bernhard Smid	Instituto Capital Natural da Amazônia (ICNA) - DF
5	Carmo Thum	Associação Pomeranos do Sul - RS
6	Carolina Guyot	Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM) - DF
7	Claudia Horn	London School of Economics and Political Science - RJ
8	Cláudio Fernandes	Rede ODS Brasil - PE
9	Denizia Cruz	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) - AL
10	Deroni Mendes	Instituto Centro de Vida (ICV) - MT
11	Edel Moraes	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) - PA
12	Edna Marajoara	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) - PA
13	Elaine Corsini	Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) - MT
14	Eliani Fachim	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) - MT
15	Eliseu da Silva (Xum Xum)	Quilombo Urbano de Capão Bonito - MT
16	Felipe Pereira Jucá	Nova Cartografia Social da Amazônia / Universidade do Estado do Amazonas (UEA) - AM
17	Francis Rinaldi Frigeri	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Tocantins (Semarh) - TO
18	Gresiella Helena Vitor Almeida Castilho	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) - MT
19	Ivar Busatto	Operação Amazônia Nativa (OPAN) - MT
20	Ivo Cípio Aureino	Conselho Indígena de Roraima (CIR)
21	Jacira Correa Sarate	Quilombo Mutuca - MT
22	Janete dos Santos Oliveira	Terreiro Caboclo Sete Flechas - PA
23	Jaqueline Homobono Nobre	Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF) - AP
24	Jhonny Martins de Jesus	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) - PI
25	José Willame da Costa Medeiros	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAS) - PA
26	Junio Magela Alexandre	Instituto Brasileiro de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável (IBEDS) - MG
27	Larissa Ambrosano Packer	Grupo Carta de Belém - RJ
28	Leticia Tura	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) - RJ
29	Luiza Muccillo	Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/ USP) - SP
30	Luz Marilda de Moraes Maciel	SG-PR / CONAREDD

31	Manoel Edivaldo Santos Matos	Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR) - PA
32	Marcela Maneghetti Baptista	Fundação Nacional do Índio (FUNAI) -PA
33	Marcela Vecchione	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) /UFPA - PA
34	Maria Jocicleide Lima De Aguiar	Grupo de trabalho Amazônico (Rede GTA) - AC
35	Natália Milanez	Ministério do Meio Ambiente (CGTF/MMA) - DF
36	Nathali Germano	Fundação Nacional do Índio (FUNAI)- DF
37	Patrícia Menezes	Prefeitura de Barcarena/ Rede ODS Brasil - PA
38	Patrícia Zuppi	Rede de Cooperação Amazônica (RCA) - SP
39	Raimundo Magno Cardoso do Nascimento	Comunidade Quilombo África e Larantijuba em Moju - PA
40	Raíssa Guerra	Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM) - DF
41	Regina Carvalho	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA) - AP
42	Renata Costa	Programa REM Acre e Mato Grosso - MT
43	Renato Araújo	Instituto Sociedade População Natureza (ISPN) - DF
44	Rodolpho Bastos	Rede ODS Brasil - PA
45	Ronaldo Weigand	Nave Terra Consultoria - DF
46	Sâmya Milena Brandão	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA-AC) / INPA - DF
47	Silvana Amaral	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - SP
48	Simone Viena	Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - DF
49	Sonia Pereira	Consultor independente - DF
50	Stoney do Nascimento Pinto	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC – AC) - AC
51	Taciane Oliveira	Rede ODS Brasil - AM
52	Tarcísio da Silva Santos Júnior	Operação Amazônia Nativa - OPAN - MT
53	Tito Castro	Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - DF
54	Vânia Márcia Montalvão Guedes Cézár	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) - MT
55	Vincenzo Lauriola	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - DF
56	Vinicius Renner	Não identificado - DF
<b>Núcleo de Coordenação e Comissão organizadora da oficina</b>		
57	Alexandre Avelino	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA)
58	Patrícia Abreu	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA)
59	Leandra Fatorelli	Programa de Políticas para Mudança do Clima (PoMuC) - GIZ
60	Camila Pianca	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC)
61	Carlos Eduardo Marinelli	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC)
62	Cinthy Cordova	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC)

## 10. ANEXO 1. REQUISITOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISREDD+

### Requisitos para o desenvolvimento do SISREDD+

#### **A. Finalidades do SISREDD+ (Para que o SISREDD+ deverá servir...)**

1. Informar a sociedade sobre a implementação das salvaguardas no contexto nacional, de maneira adequada e acessível a diferentes públicos, garantindo mecanismos que proporcionem transparência.
2. Realizar o monitoramento e avaliação da implementação das políticas e iniciativas que levam aos resultados de REDD+, da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), e das entidades e programas que fazem uso dos recursos de REDD+ no que se refere às salvaguardas.
3. Contribuir para o aprimoramento da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e outras políticas que potencializem os resultados de REDD+.
4. Contribuir para a gestão de riscos e para a minimização dos impactos negativos relacionados à implementação de ações de REDD+, em especial no que se refere à garantia e respeito aos direitos e conhecimentos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais e familiares.
5. Contribuir para potencializar benefícios advindos das ações de REDD+ e do uso de recursos.
6. Colaborar para geração de credibilidade na Estratégia Nacional de REDD+ e proporcionar um processo transparente aos beneficiários e potenciais doadores de REDD+.
7. Cumprir os requisitos internacionais para que o país esteja apto a receber pagamentos por resultados de REDD+.
8. Disponibilizar os dados, metadados e informações do SISREDD+ publicamente e permanentemente.

#### **B. Objetivos do SISREDD+ (O que deverá ser feito para que o SISREDD+ cumpra suas Finalidades...)**

1. Apoiar a elaboração do Sumário de Informação sobre Salvaguardas.
2. Promover o controle social e um canal de diálogo direto e interativo junto à diferentes públicos, em especial aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e tradicionais, de maneira apropriada e acessível.
3. Integrar e sistematizar dados e informações sobre a consideração e respeito das salvaguardas de diferentes instâncias responsáveis pela implementação de ações e pelo uso de recursos de REDD+ do Brasil.
4. Prover avaliações consistentes, atualizadas e regulares sobre o cumprimento das salvaguardas.
5. Gerar alertas e informar sobre os riscos e impactos negativos ao cumprimento das salvaguardas.
6. Identificar os benefícios gerados pelas ações de REDD+ e pelo pagamento por resultados alcançados no âmbito da ENREDD+.
7. Gerar relatórios sob abordagem analítica e descritiva sobre o cumprimento das salvaguardas de REDD+.

#### **C. Premissas do SISREDD+ (O SISREDD+ terá seu desenvolvimento partindo dos seguintes pontos...)**

1. Construção e implementação de um sistema nacional de forma autônoma e soberana.
2. Respeito às Salvaguardas de Cancun e sua interpretação, conforme resolução número 09 da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+).
3. Consideração das 5 atividades de REDD+: redução do desmatamento e da degradação florestal, manejo sustentável de florestas, conservação e aumento de estoques florestais.
4. Adoção da abordagem (interina) de implementação de REDD+ por bioma (conforme orientado pela ENREDD+).
5. Consideração de que a mera existência de marcos legais não garante a implementação de salvaguardas, já que são necessárias a regulamentação, implementação efetiva, monitoramento e avaliação das mesmas.
6. Promoção do controle social e da participação plena e efetiva de diferentes setores da sociedade, em especial dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares tradicionais na

governança do SISREDD+, incluindo entre outros, aspectos da interpretação e avaliação de resultados dos seus indicadores.

7. Promoção do equilíbrio de gênero, geração e setores, adotando metodologias acessíveis e adequadas para atender a diversidade de atores nas instâncias de participação do SISREDD+.
8. Estabelecimento de um mecanismo de ouvidoria, que seja periodicamente revisado e tenha constante interface com outras ouvidorias e sistemas de monitoramento de garantia dos direitos, incluindo missões e diligências.
9. Ser um sistema interativo e que funcione em ciclos, que seja periodicamente revisado e aprimorado em intervalos regulares e pré-estabelecidos.
10. Aproveitamento e utilização de dados e informações de sistemas oficiais e outros sistemas de fontes confiáveis e transparentes já existentes.
11. Promoção de condições para harmonização e interoperabilidade do SISREDD+ com outros sistemas que o alimentam.
12. Buscar equilíbrio para que cada salvaguarda seja suficientemente tratada e reportada.
13. Disponibilizar publicamente os dados, metadados e informações periódicas com qualidade, responsabilidade, eficiência, simplicidade e transparência.
14. Adoção de indicadores de processo e não apenas de indicadores de impacto, mantendo as possibilidades de que isso possa ser revisado no futuro.
15. Adoção de indicadores simples, objetivos, confiáveis e com custo operacional viável.

#### **D. O sistema não pretende (*Não é papel do SISREDD+...*)**

1. Evidenciar relações de causa-efeito.
2. Adotar modelos de sistemas e/ou metodologias de avaliação de salvaguardas existentes que não sejam adequados ao contexto e objetivos nacionais.
3. Apontar ou garantir recursos financeiros, suas respectivas aplicações e/ou doadores/doações.

#### **E. Limitações do SISREDD+ (*...hoje*)**

1. Não há um modelo de avaliação de salvaguardas para políticas amplas que possa ser adotado integralmente para construção do SISREDD+, há apenas elementos inspiradores.
2. Parte importante da potencial base de dados e instrumentos do SISREDD+ encontra-se atualmente fragmentada, dispersa entre instituições e/ou ainda é incipiente.
3. Incompatibilidade na atualização da base de dados, sem padronização e interoperabilidade entre as diferentes instituições provedoras de informações.
4. Implementação do SISREDD+ em todos os biomas, sendo que Amazônia e Cerrado serão os biomas brasileiros analisados em uma primeira fase de operacionalização e reporte do SISREDD+.

#### **F. Escopo do SISREDD+ (*...quais os aspectos a serem observados pelo SISREDD+?*)**

1. O Sistema acompanhará e informará de que forma as salvaguardas de REDD+ estão sendo consideradas e respeitadas na implementação das políticas que levam aos resultados.
2. O Sistema acompanhará e informará de que forma as salvaguardas de REDD+ estão sendo consideradas e respeitadas nas iniciativas e programas que receberem financiamento proveniente de pagamentos por resultados, no âmbito da ENREDD+.
3. O sistema abordará as políticas públicas relacionadas a florestas e combate ao desmatamento – especialmente a ENREDD+, Políticas de Prevenção e Controle do desmatamento nos biomas (que abrange uma série de outras políticas e possui uma rotina de monitoramento das ações), e outras políticas, instrumentos e acordos internacionais relevantes para as salvaguardas do SISREDD+, conforme resolução número 9 da CONAREDD+.

## 11. ANEXO 2. INDICADORES DO CUMPRIMENTO DAS SALVAGUARDAS DE REDD+

*Elaborados a partir das oficinas regionais multisetoriais e validados pela Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas*

### **Salvaguarda A**

**A1.** Execução de recursos financeiros destinados a implementação de programas e políticas públicas federais relacionadas à REDD+

**A2.** Execução de recursos financeiros destinados a criação e implementação de programas e políticas públicas estaduais relacionadas à REDD+

*Indicadores também associados à salvaguarda A (B1, C4, C8, C44, G1)*

### **Salvaguarda B.**

**B1.** Estruturação de órgãos públicos ambientais para implementação de programas e políticas relacionadas à REDD+

**B2.** Efetividade de ouvidorias públicas no recebimento e resolução de denúncias de descumprimento das salvaguardas de REDD+

**B3.** Execução de recursos destinados à formação e capacitação de Povos indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares para atuação em espaços de governança de REDD+

**B4.** Respeito e incorporação de práticas tradicionais nos processos dos espaços de governança de REDD+

**B5.** Representatividade da participação social nos espaços de governança de REDD+

**B6.** Pluralidade da participação social nos espaços de governança de REDD+

**B7.** Efetividade dos espaços de governança de REDD+

**B8.** Transparência dos processos de seleção de participantes para composição de espaços de governança de REDD+

*Indicadores associados à salvaguarda B (D2, D3)*

### **Salvaguarda C.**

**C1.** Execução de recursos de pagamento por resultados de REDD+ em ações de proteção territorial

**C2.** Homologação de Acordos de Gestão e de Termos de Compromisso para Unidades de Conservação (UCs)

**C3.** Participação de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares em decisões sobre a distribuição de recursos de pagamento por resultados de REDD+

**C4.** Distribuição de recursos de pagamento por resultados de REDD+ para Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

**C5.** Habilitação de organizações representantes de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares para acesso a editais e chamadas de recursos de pagamentos por resultados de REDD+

**C6.** Estruturação de organizações de base de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

**C7.** Lideranças de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares em espaços públicos nacionais e internacionais multiescalares de REDD+

**C8.** Eficácia de consultas prévias, livres e informadas de comunidades contempladas por políticas e programas de REDD+

*Indicadores associados também à salvaguarda C (B1, B4, B5, B6, D2, D3, E2, E4, F3)*

### **Salvaguarda D.**

**D1.** Eficácia na divulgação de informações sobre as ações de REDD+ e o uso de recursos de pagamento por resultados junto aos segmentos sociais tradicionais, em particular de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

**D2.** Efetividade de propostas apresentadas por Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares em espaços de governança de REDD+

**D3.** Segmentos sociais atendidos em processos de formação para atuação na governança e monitoramento de ações de REDD+

**D4.** Participação local de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares no monitoramento das salvaguardas de REDD+

**D5.** Investimento de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ no monitoramento participativo de salvaguardas de REDD+

*Indicadores associados também à salvaguarda D (B2, B3, B7)*

#### **Salvaguarda E.**

**E1.** Investimento de recursos financeiros no monitoramento participativo de espécies ameaçadas

**E2.** Repartição de benefícios monetários provenientes de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

**E3.** Execução de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ em ações participativas de conservação, manejo e uso sustentável de ecossistemas naturais

**E4.** Equidade na alocação de recursos de pagamento por resultados de REDD+ entre conservação e combate ao desmatamento.

**E5.** Implementação de PRADAs - Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas

**E6.** Execução de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ em ações de recuperação de ecossistemas degradados de vegetação nativa

*Indicadores associados também à salvaguarda E (G7, G9, G10)*

#### **Salvaguarda F.**

**F1.** Território coberto por sistemas de monitoramento de florestas

**F2.** Efetividade de consultas públicas sobre desafetação de Unidades de Conservação

**F3.** Execução de recursos financeiros em gestão de áreas protegidas e territórios tradicionais e coletivos

**F4.** Situação dos instrumentos de gestão territorial e ambiental das áreas protegidas

**F5.** Áreas protegidas criadas, homologadas e tituladas

**F6.** Aviventação de Terras Indígenas

**F7.** Crédito para produção sustentável e agroecológica

**F8.** Assistência técnica e extensão rural e florestal (ATERF) familiar para produção sustentável e agroecológica

**F9.** Execução de recursos de pagamento por resultados de REDD+ em atividades produtivas sustentáveis (APS)

*Indicadores associados também à salvaguarda F (C4, G1, G2, G7, G8, G9, G10)*

#### **Salvaguarda G.**

**G1.** Implementação de Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDs) federais e estaduais

**G2.** Evolução no processo de regularização fundiária de áreas protegidas, territórios tradicionais e coletivos

**G3.** Proporção do território brasileiro coberto por zoneamentos ecológico-econômicos (ZEEs) macrorregionais, regionais ou estaduais.

**G4.** Execução de recursos de pagamento por resultados de REDD+ no fomento a Planos de Manejo Florestal Sustentável para famílias e comunidades (PMFSFeC)

**G5.** Execução de recursos financeiros advindos de concessões florestais

**G6.** Concessão e execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) em Unidades de Conservação (UCs)

**G7.** Compras públicas de alimentos advindos da agricultura familiar, agroecológica e agroextrativismo

**G8.** Execução de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ em atividades agropecuárias de baixa emissão de carbono

**G9.** Execução de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ no fomento às cadeias produtivas da sociobiodiversidade

**G10.** Organizações comunitárias envolvidas em certificações participativas de produtos da sociobiodiversidade

*Indicadores associados também à salvaguarda G (A1, A2, B1, F1, F5, F6, F7, F8, F9)*

## 12. ANEXO 3. Diretrizes Elaboradas a partir dos debates da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas para governança e ouvidoria para salvaguardas de REDD+ no Brasil

### DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA INSTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO PERMANENTE SOBRE SALVAGUARDAS SOB A CONAREDD+

*Elaboradas a partir dos debates da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas*

#### *{Objetivo}*

Acompanhar e avaliar a abordagem e o respeito às salvaguardas de REDD+ pelas políticas públicas que levam a resultados de REDD+ e pelas iniciativas de pagamentos por resultados de REDD+, sob orientação da CONAREDD+ e em consonância com suas resoluções.

#### *{Natureza}*

Instância permanente de caráter consultivo, sob autoridade da CONAREDD+, com paridade de representação governamental e não governamental, com prioridade e apoio à participação de representantes dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

#### *{Atribuições}*

Serão atribuições da referida instância:

- Elaborar insumos para as sucessivas edições dos sumários de salvaguardas e realizar o controle de qualidade de seu texto;
- Avaliar, revisar, validar e acompanhar os indicadores do SISREDD+;
- Examinar casos de violação de salvaguardas trazidos à atenção da CONAREDD+, inclusive por meio da ouvidoria do SISREDD+;
- Apoiar a ouvidoria em seus trabalhos e na constituição de uma rede com demais ouvidorias;
- Articular rede de atores e instituições relevantes para o funcionamento do SISREDD+, a partir da identificação de espaços de governança relacionados à ENREDD+, de modo a construir um sistema de monitoramento e implementação em rede;
- Identificar e informar à CONAREDD+ eventuais violações das salvaguardas, sobretudo de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, inclusive a partir de informações vindas da ouvidoria do SISREDD+, dentre outras instâncias de governança em rede. Conforme a gravidade e, quando aprovado pela CONAREDD+, tomar providências para a realização de diligências e missões *in locu* através de seus membros e outras autoridades governamentais e não governamentais especializadas convidadas;
- Promover e apoiar processos de informação, formação e capacitação continuada sobre salvaguardas de REDD+ com os diferentes atores interessados, em especial os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

#### *{Composição e funcionamento}*

A CONAREDD+ poderá disciplinar a composição da referida instância e seu funcionamento a partir das seguintes orientações:

- Buscar o equilíbrio de gênero, geracional, regional e de bioma, assim como de representação dos distintos setores da sociedade civil, privilegiando representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;
- Ter composição institucional fixa, com designação nominal dos representantes, a partir de seu engajamento com o tema;
- Para o segmento governamental, considerar as pastas envolvidas com políticas de mudança do clima, florestais, agrárias, agrícolas, fundiárias, de direitos humanos, povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares;
- Para o segmento não governamental, buscar indicações a partir das entidades e associações representativas;
- Prever duração de mandato dos membros, assim como regras para sua renovação gradual e parcial e substituição em casos de faltas consecutivas injustificadas;
- Prever convites eventuais a indivíduos e entidades de notório saber - tanto no âmbito acadêmico, quanto os produzidos pelos povos e comunidades tradicionais, reconhecendo-se assim os conhecimentos tradicionais associados - para contribuir com as discussões;
- Considerar as diferentes formas de saber e fazer, não apenas aqueles de natureza técnica e científica, mas também os conhecimentos, saberes e práticas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

### **Diretrizes para o estabelecimento de uma ouvidoria sobre salvaguardas de REDD+ no Brasil**

*Elaboradas a partir dos debates da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas*

#### *{Objetivo}*

A ouvidoria do Sistema de Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+) terá como objetivo servir de canal de diálogo permanente entre o Estado e cidadãos brasileiros, a fim de fortalecer e promover os direitos socioambientais relacionados a políticas, iniciativas e uso de recursos de REDD+ no território nacional.

#### *{Atribuições}*

Serão atribuições da ouvidoria:

- Receber diferentes formas de manifestação cidadã no âmbito das salvaguardas de REDD+ (solicitações de informações, reclamações, denúncias de não cumprimento, elogios e sugestões) e dar-lhes o devido tratamento ou encaminhamento, zelando pelo sigilo das fontes, se necessário, e pela interlocução efetiva entre os cidadãos e os órgãos e entidades da administração pública envolvidos;
- Apoiar a implementação da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) e subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional de REDD+ no tocante ao tema de salvaguardas;
- Incentivar a participação cidadã e o controle social da ENREDD+, fortalecendo a credibilidade e a eficácia da política, bem como facilitando o acesso dos cidadãos aos instrumentos de participação na gestão e na defesa de seus direitos;
- Servir de fonte de informações para a avaliação, a revisão e a validação dos indicadores de monitoramento do SISREDD+;
- Disseminar informações oficiais sobre a ENREDD+.

#### *{Funcionamento}*

A fim de garantir seu funcionamento de maneira eficaz, a ouvidoria do SISREDD+ deverá:

- Estar integrada a uma ouvidoria formalmente constituída no âmbito do Governo Federal, idealmente no Ministério do Meio Ambiente;

- Compor a governança das salvaguardas no âmbito da ENREDD+ e estar em diálogo constante com suas demais instâncias de participação e de deliberação;
- Atuar, tanto de forma presencial quanto virtualmente, de forma colaborativa, não hierárquica, continuada e em rede, com demais ouvidorias da administração pública, com o Ministério Público e com outros colegiados relevantes para políticas de mudança do clima, florestais, agrárias, agrícolas, fundiárias, de direitos humanos, e para povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares;
- Fortalecer e promover a constituição de ouvidorias relacionadas a REDD+ nos distintos níveis (estadual, municipal), tendo em vista a necessidade de alcance dos beneficiários nos territórios;
- Funcionar de forma ágil e desburocratizada e contar com estrutura institucional, de pessoal e financeira adequada a seu mandato, respeitadas as normas vigentes para ouvidorias do Governo Federal;
- Promover a sensibilização contínua sobre o tema de salvaguardas a servidores públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, que atuem na implementação de políticas, de iniciativas e de uso de recursos de REDD+ no território nacional;
- Tratar e encaminhar as demandas com precisão, qualidade e agilidade;
- Fazer uso de ferramentas de comunicação e gestão de dados, adaptadas às distintas realidades sociais, incluindo formas de comunicação presenciais em localidades com déficit de acesso à internet;
- Fazer a divulgação regular da ouvidoria e sua importância, inclusive por meio de campanha em meios de comunicação diversos, como rádios comunitárias, a fim de fortalecer o controle social da política, como também por meio de outros programas de políticas públicas com incidência territorial que tenham intervenção ou interseção com a ENREDD+;
- Identificar necessidades de treinamento sobre o tema de salvaguardas de REDD+, a partir da análise das informações coletadas pela ouvidoria, inclusive para outras ouvidorias e espaços de governança relacionados à ENREDD+;
- Estar em constante aprimoramento.

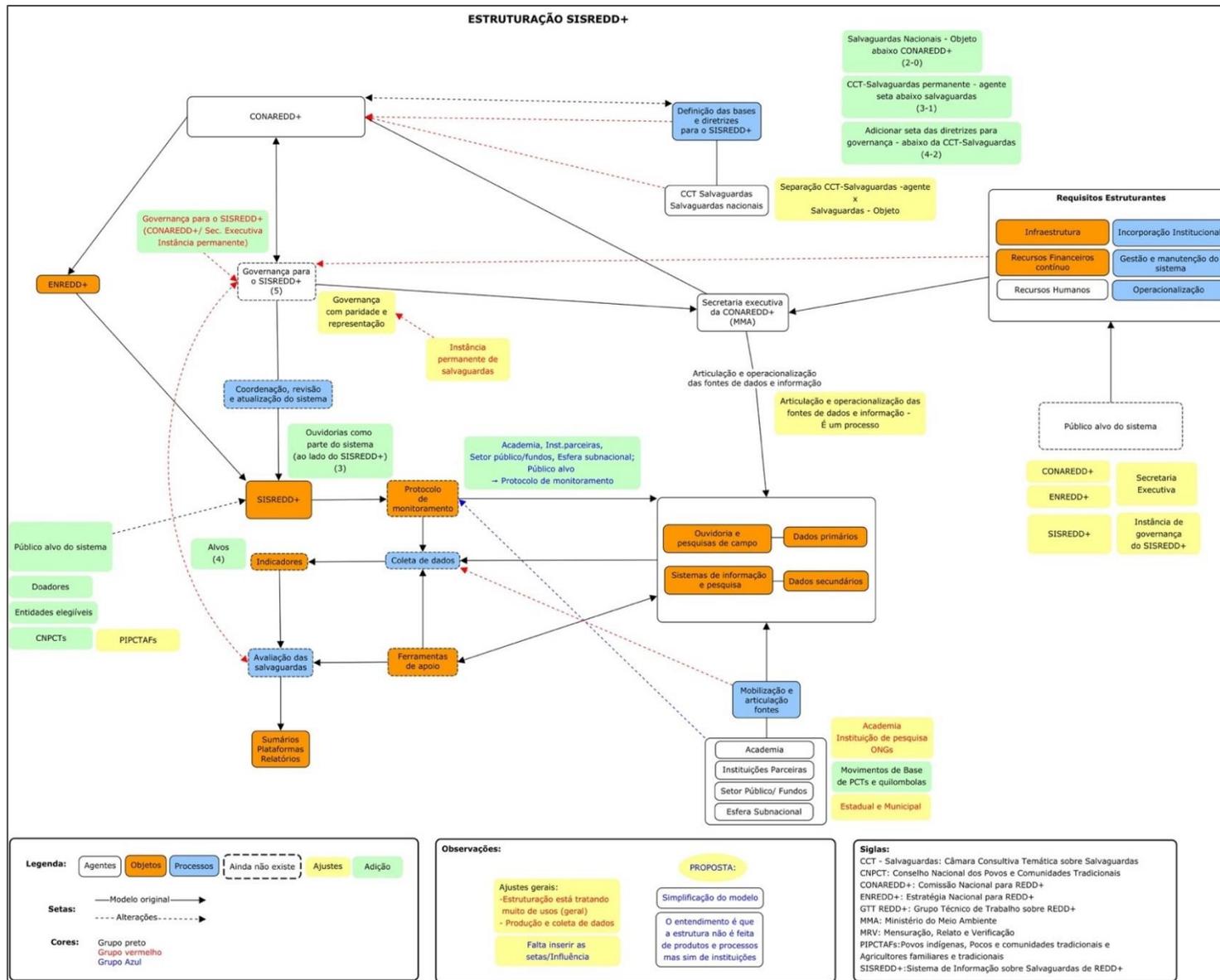


Figura 17. Modelo de estruturação do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional. Fonte: Grupos de trabalho seminário

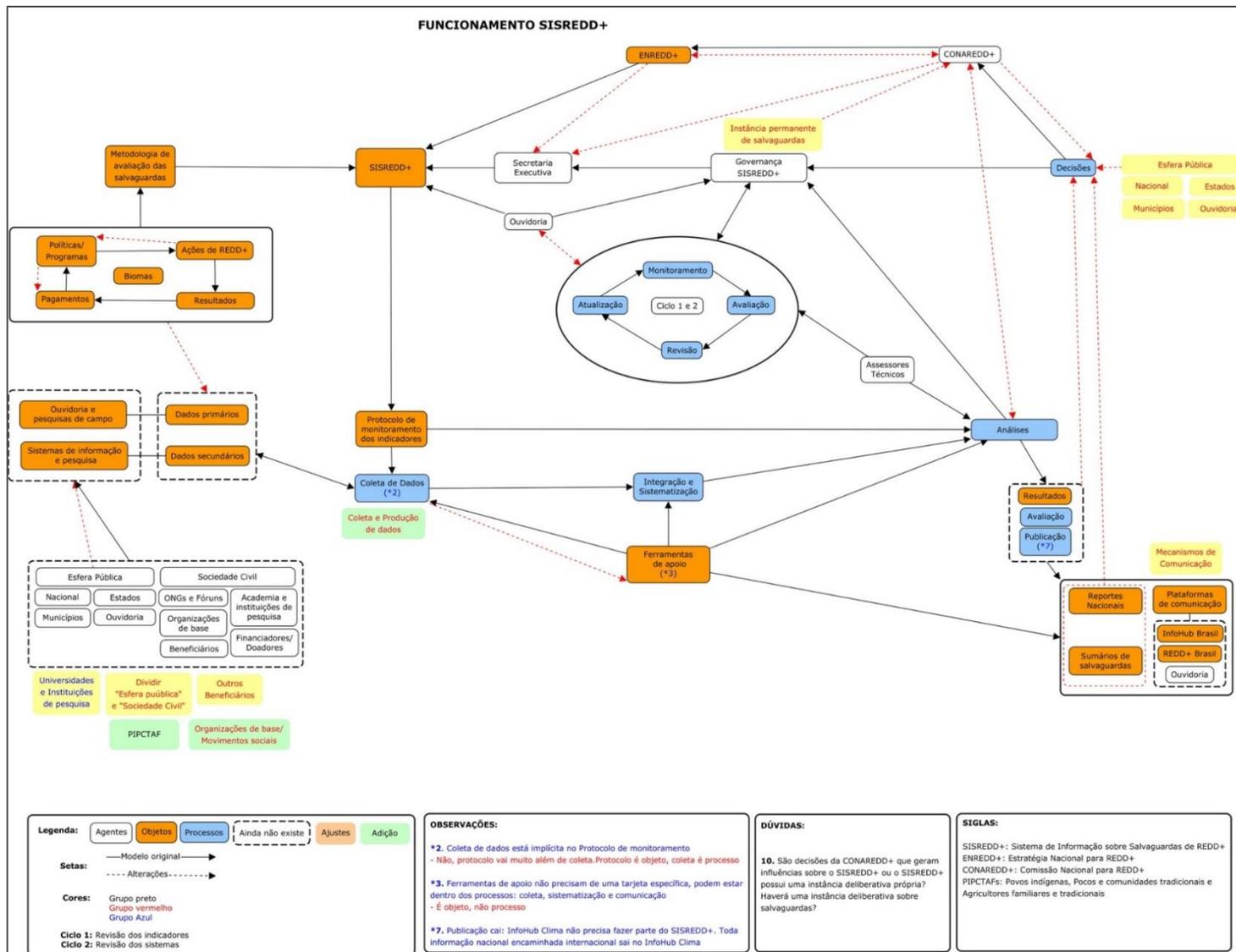


Figura 18. Modelo de funcionamento do SISREDD+ aprimorado no Seminário Nacional. Fonte: Grupos de trabalho seminário

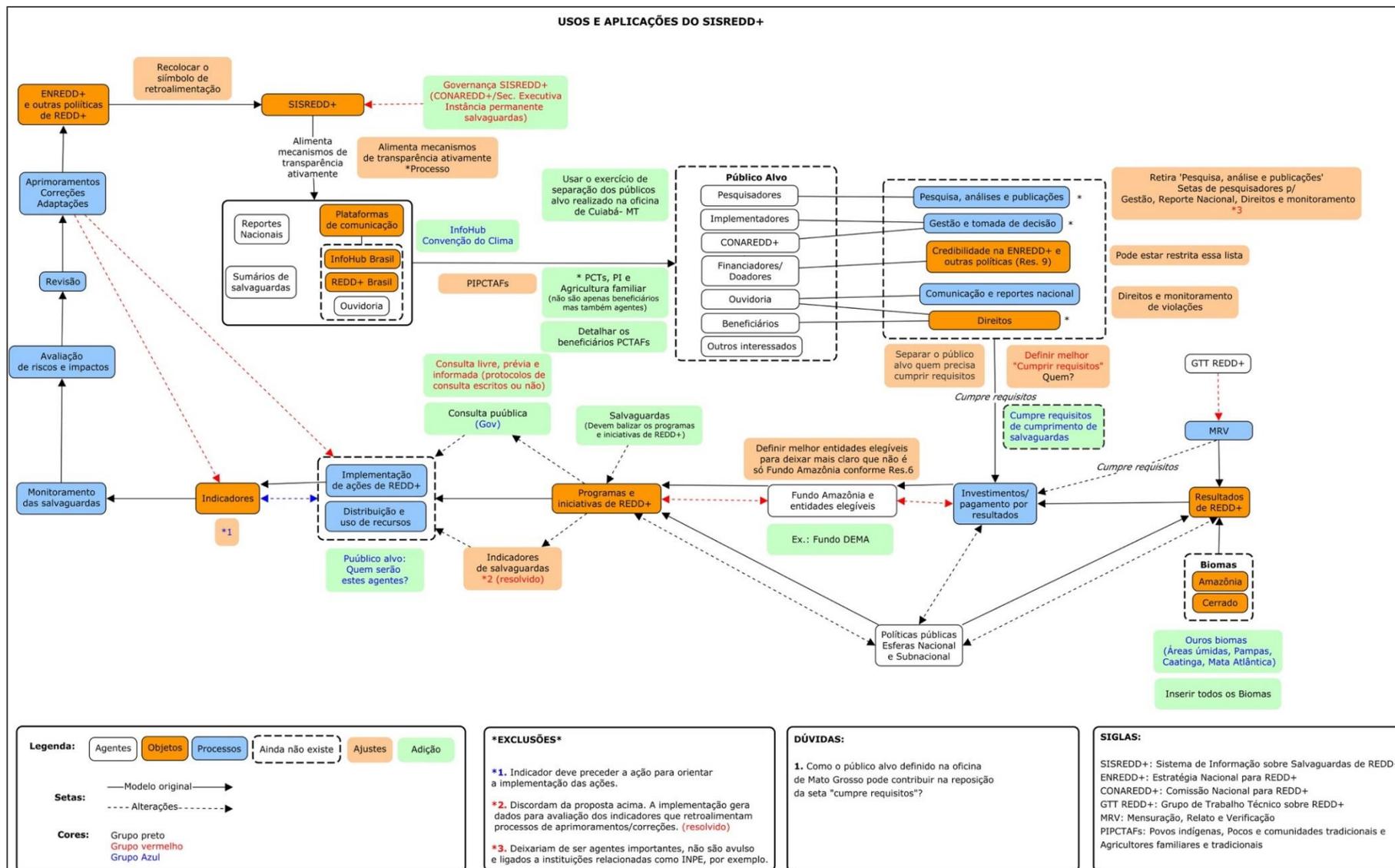


Figura 19. Modelo de usos e aplicações do SISREDD+ aprimorado Seminário Nacional. Fonte: Grupos de trabalho seminário

# 13. ANEXO 4. Público participante das oficinas de Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação das Salvaguardas de REDD+

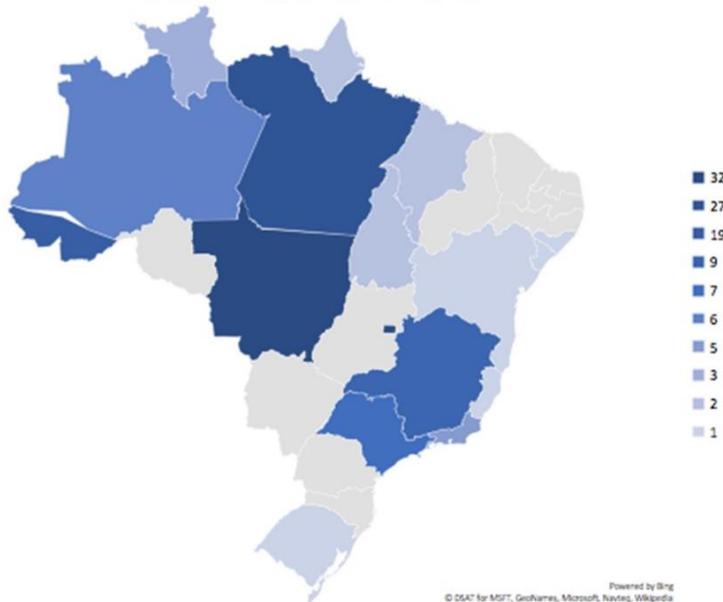
 151 pessoas

 93 organizações

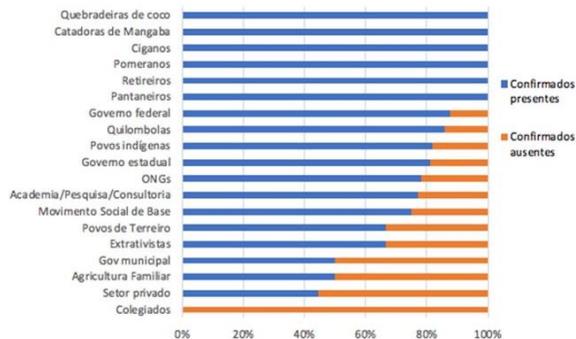
 18 segmentos

 16 estados e DF

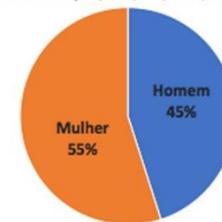
Número de participantes por estado



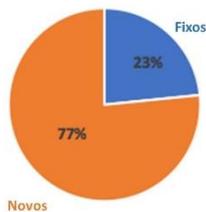
Convidados por Segmento da Sociedade



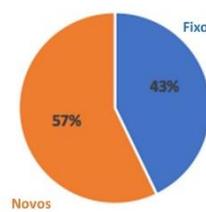
Participação por gênero nas 5 oficinas (AC, MT, PA, MG, DF)



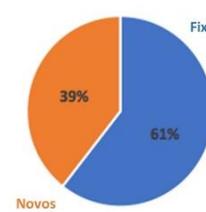
Oficina 2. Mato Grosso



Oficina 3. Pará



Oficina 4. Minas Gerais



Oficina 5. Distrito Federal

